



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC
DEPARTAMENTO EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

ANA KAROLINE PEREIRA DA SILVA

**DISCUSSÕES DE GÊNERO E SEUS IMPACTOS NA FORMAÇÃO DE
PEDAGOGAS(OS)**

**CAMPINA GRANDE
2023**

ANA KAROLINE PEREIRA DA SILVA

**DISCUSSÕES DE GÊNERO E SEUS IMPACTOS NA FORMAÇÃO DE
PEDAGOGAS(OS)**

Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Área de concentração: Educação.

Orientador: Prof. Esp. Diêgo de Lima Santos Silva

**CAMPINA GRANDE
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586d Silva, Ana Karoline Pereira da.
Discussões de gênero e seus impactos na formação de pedagogas(os) [manuscrito] / Ana Karoline Pereira da Silva. - 2023.
62 p. : il. colorido.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2023.
"Orientação : Prof. Esp. Diêgo de Lima Santos Silva, Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC. "
1. Gênero. 2. Formação docente. 3. Educação. I. Título
21. ed. CDD 370

ANA KAROLINE PEREIRA DA SILVA


DISCUSSÕES DE GÊNERO E SEUS IMPACTOS NA FORMAÇÃO DE
PEDAGOGAS(OS)

Trabalho de Conclusão de Curso de
Licenciatura em Pedagogia da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
Licenciada em Pedagogia.

Área de concentração: Educação.

Aprovada em: 17 / 11/ 2023.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Esp. Diêgo de Lima Santos Silva (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Paula Almeida de Castro
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra Tatiana Cristina Vasconcelos
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ao meu Deus que é tão maravilhoso em
minha vida e a todos que me ajudaram ao
longo dessa jornada, dedico.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus que fez com que eu alcançasse meus objetivos e que me sustentou em meio a tantas provações nesse percurso, me dando forças e me guiando sempre.

À minha mãe, que me deu muita força nessa jornada, que esteve presente mesmo distante e que fez tudo o que podia para me ajudar, principalmente me apoiando e incentivando. Ao meu pai, que voltou para minha vida e tem se feito presente, sendo fundamental também nesse processo.

Agradeço as minhas irmãs e meu irmão, tudo que faço é por e para vocês também, à Karine por acreditar em mim e por ter trazido ao mundo minha sobrinha Jade, que foi mais um motivo para me manter forte, à Luiza por todas as brincadeiras e por acreditar em mim e me incentivar e à Otávio, por ser tão amoroso e compreensivo comigo, você é minha força.

Agradeço em especial à minha tia e grande colaboradora nessa jornada de escrita, Maria Cristina da Silva, pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação, pela dedicação em todas as correções e por todo o incentivo que me deu. À minhas avós, minhas tias e tios e meus primos pelo incentivo e por me fazerem acreditar que seria possível concluir esse processo, compreendendo minhas ausências e fazendo o possível para me ver crescer.

Agradeço ao meu orientador, Diêgo de Lima professor do curso de Pedagogia, por ter aceitado esse desafio e por todo o seu incentivo quando nem eu acreditava mais que seria possível chegar até aqui, por todas as cobranças, correções, “puxões de orelha” e por toda a dedicação que colocou em teu trabalho.

Aos professores do Curso de Pedagogia da UEPB, que contribuíram ao longo de toda a minha formação acadêmica, para me tornar quem sou hoje, e aos meus colegas de classe com quem convivi nos últimos cinco anos, pelos momentos de amizade, companheirismo, apoio, incentivo e encorajamento, vocês foram fundamentais para a conclusão dessa jornada.

Agradeço também às pessoas com quem convivi ao longo desses anos de curso, que me incentivaram e que tiveram grande impacto na minha formação acadêmica.

“A verdadeira educação é aquela que vai ao encontro da criança para realizar a sua libertação” Maria Montessori.

RESUMO

No que tange as discussões sobre gênero nas escolas, o que se sabe é que as mesmas são, muitas vezes, inexistentes, isso se dá devido à ausência de formação docente, mas além disso, por causa da grande influência da família e da própria sociedade que vê o tema como inadequado para ser trabalhado com crianças ou dentro das escolas. Com isso em vista, esse estudo tem como objetivo compreender as lacunas existentes na formação de pedagogas(os) no que tange as discussões de gênero em sala de aula, e seus impactos na educação básica, entendendo que trabalhar esse tema é de fundamental importância para que se possam educar pessoas de modo a existir uma sociedade mais igualitária e mais justa para todos. A metodologia adotada baseia-se além da pesquisa bibliográfica, com a análise de dados que envolvem a temática, na metodologia qualitativa, como forma de coleta de informações, descrevendo situações, compreendendo e interpretando comportamentos, opiniões, percepções, além de outros aspectos imateriais, não tendo como foco a análise a partir de quantitativos, utilizando-se da entrevista como principal meio para coleta de dados. Por meio da análise de dados e do questionário aplicado, foi possível confirmar que de fato existe uma ausência de formação específica de pedagogas(os) no sentido de estudo sobre questões de gênero e que isso influencia diretamente em sua atuação em sala de aula, gerando também um déficit na educação.

Palavras-Chave: gênero; formação docente; educação.

ABSTRACT

Regarding gender discussions in schools, what is known that are often non-existent, this is due to the lack of teacher training, but in addition, because of the great influence of the family and society that sees the topic as inappropriate to be worked on with children in schools. This study aims to understand the gaps that exist in the training of pedagogues in relation to gender discussions in the classroom, and their impacts on basic education, understanding that working on this topic is of fundamental importance for that people can be educated so that there is a more equal and fair society for everyone. The methodology adopted is based, in addition to bibliographical research, on the analysis of data that involve the theme on qualitative methodology, as a way of collecting information, describing situations, understanding and interpreting behaviors, opinions, perceptions, in addition to other immaterial aspects, not focusing on qualitative analysis, using interviews as the main means of data collection. Through data analysis and the applied questionnaire, it was possible to confirm that there is indeed a lack of specific training for pedagogues in terms of studying gender issues and that this directly influences their performance in the classroom, generating also a deficit in education.

Keywords: gender; teacher training; education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Esquema final da progressão lógico-histórica da ideia de identidade de gênero.....	20
Figura 2 – Número de mortes violentas de LGBTQIA+ no Brasil.....	37
Figura 3 – Incluir ou não educação sexual nas escolas.....	42
Figura 4 – Quantitativa de homens e mulheres na pesquisa.....	51
Figura 5 – Área de atuação docente.....	52
Figura 6 – Ano de formação acadêmica.....	52
Figura 7 – Questões de Gênero na graduação.....	53
Figura 8 – Importância da inclusão da temática em sala de aula.....	54
Figura 9 – Situações envolvendo dúvidas sobre gênero em sala.....	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular.
CENPEC	Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária.
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais.
GDE	Curso Gênero e Diversidade na Escola.
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer, intersexuais, assexuais e o símbolo '+' abarca as demais orientações sexuais de gênero.
MEC	Ministério da Educação.
ONU	Organização das Nações Unidas.
PNE	Plano Nacional de Educação.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. Conceituando Gênero.....	17
2.1 Retrocessos nos debates escolares sobre gênero.....	22
2.1.1 A necessidade de formação docente pensada para abordagem das discussões de gênero em sala de aula.....	32
2.1.2 Cenários de violência nas escolas.....	36
3. METODOLOGIA.....	42
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	45
5. CONCLUSÃO.....	52
6. REFERÊNCIAS.....	54
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	61
APENDICE B - ENTREVISTA APLICADA COM PEGAGOGAS(OS)	62

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Brasileira de 1988 assegura através do artigo 205 que a educação é um direito de todos e é também um dever do estado, incentivando o desenvolvimento de cada indivíduo. A educação possui diversos objetivos, de acordo com Pimenta (2009, p.84) “o objetivo da educação é a humanização dos homens, isto é, fazer dos seres humanos participantes dos frutos e da construção da civilização, dos progressos e dos resultados do trabalho do homem”, dessa forma, se faz necessário uma educação de qualidade e que englobe temáticas que vão de acordo com a evolução da sociedade, visto que é entendendo a realidade que se constrói um futuro.

É no ambiente que o conhecimento vai ser trabalhado de forma mais científica, com bases estruturadas, possibilitando aos alunos o acesso ao saber e à ciência, sendo um lugar de sociabilização do saber já estruturado. A escola forma sujeitos críticos e criativos que devem dominar conteúdos básicos ou não (Silva, 2002), é também o local onde se aprende sobre a vida como um todo, o local onde se vê além da sua realidade, podendo assim, ser conservadora e transformadora ao mesmo tempo (Bueno e Pereira, 2013).

Dentro desse papel pedagógico, de formador e transformador do aluno e da realidade, o instituto educacional é considerado um lugar com qualidade e aptidão para abordar temas comuns, corriqueiros e polêmicos, devendo também abordar temas tais como a educação sexual e de gênero. Por esta razão, Guimarães (1992, p.17) afirma que “se é função da escola formar e informar para a vida, a orientação sexual não deve ser apresentada como um apêndice”, dessa forma, não deveria ser tida apenas como um tema transversal, ou não obrigatório.

Na atualidade, muito se discute sobre relações de gênero e sexualidade, principalmente nas mídias e redes sociais, entretanto, há uma déficit de conhecimentos e dessas discussões no contexto de formação do indivíduo, em especial, no ambiente escolar, nos anos iniciais de escolarização. Isso se dá, principalmente, devido à falta de componentes que se direcionem à temática dentro do contexto da própria formação de professores, e no caso desta pesquisa, de pedagogas(os).

Em meados dos anos 1990, foram discutidos e aprovados os Parâmetros Curriculares Nacionais, que apresentavam orientações a respeito do estudo sobre

gênero e sexualidade, e mesmo a família dos alunos apresentando certa resistência, era de suma importância que a escola orientasse os estudantes ao entendimento desses temas (Santos *et al.*, 2021). Com relação a esses estudos, atualmente, existe mais dificuldade e menos apoio dos familiares sem esquecer que, ainda há profissionais inseguros para falar de sexualidade por não terem formação adequada e pelo crescimento constante de forças sociais conservadoras no país. Nesse contexto, quando não se abrange essas discussões na formação profissional, se gera uma impossibilidade de exercer a função de mediador do conhecimento sobre gênero no processo de aprendizagem.

Na escola, trabalhar questões de gênero e sexualidade ainda é um tabu, e essa questão tem sido um impedimento na evolução e formação de educadores e para a identificação de como devem abordar esse assunto em determinadas práticas pedagógicas. De acordo com Foucault (1984), na sexualidade existe uma identidade social situada no universo da cultura e da história, incluindo diversos discursos sobre sexo, como o de Louro (2000, p.90) que afirma que “somos sujeitos de identidades transitórias”, ou seja, as identidades sexuais e de gênero possuem um caráter fragmentado, instável, que é fluido, histórico e plural, não sendo algo fixo e sim construído ao longo da vida. Butler (2015) discute ainda as relações afetivas e as mudanças no decorrer da vida do indivíduo, que pode ter diversas identidades.

De acordo com o médico psiquiatra da Universidade de São Paulo (USP) Saulo Vito Ciasca que é coordenador da área da saúde da Aliança Nacional LGBTQIA+ “é na escola que acontecem as piores situações” (Cardial, 2021), isso com relação às violências, sendo assim um fator de preocupação a falta de formação para o trabalho sobre a temática em sala de aula. O médico ainda complementa dizendo que a experiência na escola é terrível, que é um espaço de discriminação e preconceito, onde a desinformação toma conta e por isso, é fundamental se entender como é que se desenvolve a orientação sexual e a identidade de gênero, a partir desse conhecimento, pode-se criar uma nova visão a respeito do tema, deixando de lado preconceitos e visões engessadas.

Quando o profissional da educação detém os conhecimentos apropriados ao tema, este promove a socialização e a formação do pensamento crítico, oferecendo assim aos alunos o entendimento da realidade, bem como a concentração e a compreensão do tema em relação à diversidade social (Meira *et al.*, 2006).

A pesquisa em questão discute particularmente a respeito dessa falta de discussões de gênero e das múltiplas interpretações sobre expressão, performance e identidade e suas consequências para a formação de pedagogas(os), visto que são mediadores do conhecimento e que trabalhar questões de gênero na escola é de fundamental importância para a formação do aluno como seres críticos e conhecedores da sua própria realidade, capazes de entender sobre si e sobre o mundo.

Vale ressaltar que, contrário ao senso comum, o termo gênero vai além do que se define como feminino e masculino, vai além dos conceitos relacionados somente à sexualidade e isso vai ser exposto ao longo da pesquisa, entendendo gênero como uma construção social, que está muito mais relacionada com o elemento das relações sociais do que com o biológico. Essa diferenciação foi dada por Stoller em 1968, para distinguir do termo sexo que estava associada à condição biológica, mas foi Money, na década de 1955, que introduziu o termo pela primeira vez. Desde então, muitas foram as contradições em torno do mesmo, com concepções e visões diferentes de diversos estudiosos, que foram sendo construídas e desconstruídas ao longo do tempo.

A partir dessa visão das diversas concepções e discussões a respeito do tema, das suas significações e principalmente da superficialidade da temática em sala de aula, levando em consideração uma experiência particular na minha formação básica e na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e uma ideia do orientador em um momento de diálogo, surge o desejo de se trabalhar sobre a temática, com o objetivo de compreender as lacunas existentes na formação de pedagogas(os) no que tange as discussões sobre gênero em sala de aula, e seus impactos na educação básica, entendendo que trabalhar esse tema é de fundamental importância para que se possam educar pessoas de modo a existir uma sociedade mais igualitária e mais justa para todos.

É importante frisar que falar sobre gênero gera conscientização e pode levar também a uma busca por melhorias, então esse se torna também um dos objetivos dessa pesquisa, para que se possa entender onde está o problema e assim poder buscar a solução. Desta forma, justifica-se a importância do presente estudo, principalmente relacionado à abordagem aos temas de gênero, identidade de gênero, performance e como profissionais da educação lidam com o assunto nas

escolas públicas e privadas, diante de tantos estigmas impostos pela sociedade. Para isso, adotou-se a metodologia qualitativa, como forma de coleta de informações para descrever situações, compreendendo e interpretando comportamentos, opiniões, percepções, além de outros aspectos imateriais, com a utilização da entrevista como norteadora nesse processo.

Além disso, fez-se necessário a compreensão de conceitos como o de gênero que é trabalhado logo no primeiro capítulo, com diversas concepções e visões a respeito do tema levando a outras discussões mais abrangentes, como os retrocessos nos debates escolares sobre gênero, analisando como se dão essas discussões sobre o tema no ambiente escolar e colocando em foco as leis direcionadas à educação; a necessidade de formação docente pensada para abordagem das discussões de gênero em sala de aula, analisando a importância dessa formação pedagógica, seja ela inicial ou continuada; e os cenários de violência nas escolas, analisando os dados de violência que acomete alunos com gênero diferente no ambiente educacional e entendendo que isso poderia ser evitado a partir do conhecimento. O capítulo II apresenta a metodologia escolhida para a pesquisa, onde se buscou além das pesquisas bibliográficas, realizar uma pesquisa de campo, analisando a compreensão das questões de gênero por parte dos docentes e suas visões e opiniões a respeito do trabalho da temática em sala de aula e nas escolas.

2. CONCEITUANDO GÊNERO

Atualmente, muito se pensa sobre o conceito de gênero e suas implicações, buscando-se uma maior desnaturalização das desigualdades, principalmente entre homens e mulheres. A palavra gênero recebe diferentes significações ao longo da história, atualmente, no dicionário Aurélio da Língua Portuguesa é definida como: “substantivo masculino, conceito generalista que agrega em si todas as particularidades de um grupo, seres que se assemelham por seus caracteres essenciais” (Ferreira, 2004), dentre esses grupos, encontra-se também uma diferenciação entre homens e mulheres, que de acordo com Ferreira (2004) são construídas socialmente e que pode variar de acordo com cada cultura.

O termo vem do Latim *genus* que significa nascimento, família e engloba dentre outros conceitos, alguns que são puramente biológicos, tal como: “reunião de corpos orgânicos que constituem espécie, raça”. Existe também o significado na própria Língua Portuguesa que atinge contornos típicos de modelo, estilo, jeito, maneira: gênero literário, gênero de vida, modo de viver, de proceder. Dessa forma, percebe-se que o termo não está relacionado somente ao masculino e feminino, como é de costume ser utilizado, não envolve somente pessoas ou está diretamente relacionado à sexualidade, envolve, além disso, relações sociais, de poder, estando diretamente relacionado, no sentido da pesquisa, a uma realização cultural. De acordo com Scott (1989), o gênero é, dessa maneira, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana, podendo ser definido também como um modo primeiro de significar as relações de poder.

Historicamente, o termo gênero foi utilizado a princípio por John Money, na década de 1950, mais precisamente em 1955, em um estudo sobre hermafroditismo. Este psicólogo e sexólogo utilizou o termo para relacionar com as diferenças entre o sexo anatômico e o que “ele considerava como sexo psicológico” (Lattanzio e Ribeiro, 2018, p.412). De acordo com os autores supracitados, a ideia de Money era de que não existe uma relação natural entre o sexo anatômico de uma pessoa e sua identidade sexual. Dessa maneira, o sexo definido no nascimento, não se relaciona diretamente a como o indivíduo se vê ou se sente, visto que, não é somente o corpo que define quem a pessoa é ou quem ela deveria ser. É importante mencionar que Money também usou a denominação de “papel de gênero”, que está relacionado a

todas as atitudes que uma pessoa diz ou faz para se mostrar como menino ou homem e menina ou mulher, relacionando-se muito mais ao sexo psicológico, do que com o biológico, além de se relacionar a uma construção social, como uma forma de expressão de gênero.

Alguns anos depois, em 1966, tanto Ralph Greenson quanto Robert Stoller, se ocuparam no desdobramento do que seria o conceito de gênero, repensando sobre as primeiras relações baseadas no sistema mãe-filho e como é definido o gênero da criança. De acordo com Spizzirri *et al.*, (2014) o psicanalista Robert Stoller explica em seu livro *Sex and Gender*, de 1968, que o sentimento de ser mulher ou homem é mais importante do que as características anatômicas, reforçando assim o pensamento de Money sobre não existir essa relação de forma natural. Ressaltando essa ideia do gênero como uma construção social, Gayle Rubin, em 1975, publicou o livro *O Tráfico de Mulheres*, onde discute “a sexualidade biológica e a transformação dessa sexualidade biológica pela cultura” (Moncau, 2018, p.2), isso faz com que se pense além dos conceitos engessados sobre gênero, entendendo que o meio é também responsável pela construção do indivíduo enquanto ser social, influenciando de forma direta em sua forma de ser e agir em sociedade.

Os movimentos feministas¹ também foram responsáveis por incluir a palavra gênero no contexto social. Estes necessitavam de uma mudança nas relações de poder determinadas entre os sexos, por isso, se pautavam pela relação desigual entre os sexos e lutavam por igualdade de direitos. É importante salientar que essa luta, incluía homens e mulheres, contudo, as “minorias”² já começavam a se destacar, tais como os homossexuais, transexuais e novas configurações familiares que ganhavam força frente aos preconceitos (Lattanzio e Ribeiro, 2018, p. 410).

Diante do contexto histórico, a definição tradicionalista de gênero diz que este termo pode ser usado como o sinônimo de “sexo”, ou seja, identificando e diferenciando os homens e as mulheres, sendo uma categoria não flexível e diretamente relacionada à questão biológica. De acordo com Faheem *et al.*, (2022), o termo sexo é baseado nas variáveis biológicas que são típicos de macho e fêmea

¹ Movimento que luta pela igualdade social e de direitos para as mulheres através do empoderamento feminino e busca combater o modelo social baseado no patriarcado ou impostos pela sociedade, além de abusos e a violência contra as mulheres.

² Refere-se um grupo de pessoas que de algum modo e em algum setor das relações sociais se encontra numa situação de dependência ou desvantagem em relação a outro grupo, “maioritário”, ambos integrando uma sociedade mais ampla. Isso é uma fala do sociólogo Mendes Chaves.

(genes, cromossomos, gônadas, genitália interna e externa). Já o termo gênero é o modelo de palavra em que pessoas presas ou condicionadas a mecanismos de atuação direcionados a certos tipos de comportamento vão sempre “entender” como biotipos, órgãos reprodutores e cromossomos sexuais e, desta forma, se une o conceito de gênero com sexo biológico (Louro, 2013).

Atualmente, e se distanciando um pouco do biológico da versão tradicionalista, gênero pode ser conceituado como um grupo de indivíduos com características semelhantes e distintas entre a masculinidade e a feminilidade. Sendo assim, de acordo com Heilborn e Rodrigues (2018) o termo sexo remete-se à natureza e, de maneira mais específica, à biologia e, o termo gênero refere-se às construções culturais ao longo do tempo das características tidas como femininas e masculinas.

Nesse contexto, entende-se que o sexo diz respeito ao órgão sexual de nascença, o que define os seres como macho e fêmea, enquanto o gênero não é determinado biologicamente, sendo variável, fluido e construído sob a ótica subjetiva do indivíduo, podendo ser influenciado pelos fatores culturais e sociais, através das vivências do mesmo. Neste sentido a pessoa do sexo biológico mulher, pode identificar-se como sendo homem, podendo assim realizar uma mudança de modo a adequar seu gênero às características que são tidas culturalmente como coisas de “homem”. Portanto, entende-se que o sexo biológico é algo estático, enquanto o gênero é fluido e permite possibilidades de mudanças.

Seguindo esses conceitos e formações de pensamento, as pessoas podem se identificar com gêneros diferentes dos seus sexos biológicos e a isso, chama-se identidade de gênero, que de acordo com Spizzirri *et al.*, (2014), se apresenta como a expressão do sexo, ou seja, como as pessoas exteriorizam sua masculinidade e/ou feminilidade, como os indivíduos se sentem com a relação do seu sexo biológico com o seu corpo físico, dessa forma, não estando diretamente relacionada com os órgãos genitais ou ao sexo biológico. Stoller (1993) afirma que identidade de gênero é a mescla de masculinidade e feminilidade que estão presentes no indivíduo, podendo variar em forma, grau e entre as pessoas.

O psiquiatra Ralph Greenson, em 1966, já explorava esse vínculo entre a designação e a formação do gênero com as próprias identificações pessoais de cada indivíduo. De acordo com Lattanzio e Ribeiro (2018) Ralph Greenson pesquisou sobre a identificação/des-identificação para a formação da identidade de

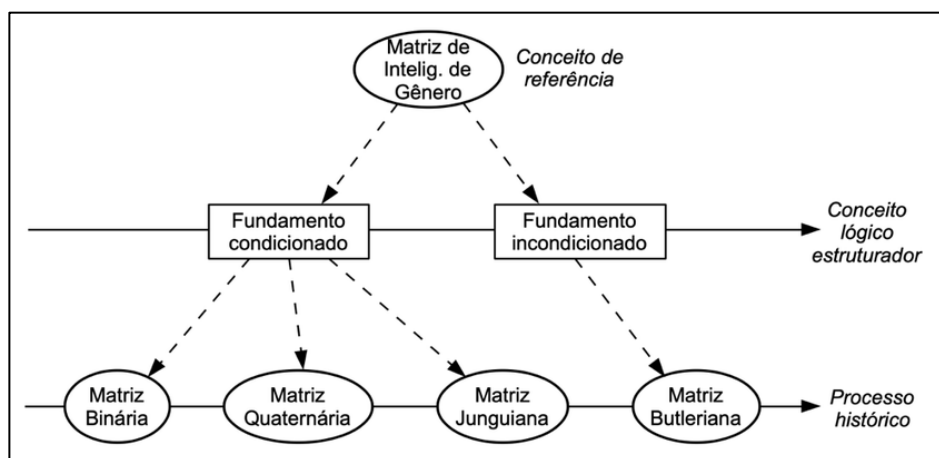
gênero. Diante disso, a filósofa feminista pós-estruturalista Butler (1990) iniciou uma discussão com críticas a respeito das relações binárias e admitiu que o sexo seja algo natural e o gênero é um dado construído culturalmente. Com essa afirmação, a autora propõe três dimensões baseados nas características corporais e que estão presentes no trabalho de Heilborn e Rodrigues (2018): 1- sexo anatômico – aquele que é dado pela biologia; 2- identidade de gênero – tratando-se de uma construção social; e 3- performance de gênero – algo que confunde a associação entre sexo e gênero. A mesma autora reconheceu que gênero se confronta com várias modalidades de identidades e não se relaciona com a orientação sexual e outros aspectos da sexualidade, reafirmando assim a ideia de Greenson.

Desta forma, pode-se constatar que o crescimento e desenvolvimento do indivíduo sofrem influências do meio externo e nem todos irão se perceber como homem e/ou mulher perante a sociedade. É neste contexto que os autores supracitados definem identidade de gênero como “uma categoria da identidade social que indica a identificação do indivíduo como homem ou mulher, ou ainda, com outra categoria que não seja necessariamente homem ou mulher”, pode-se assim entender que existem variações além dos termos convencionais já citados, como as pessoas não-binárias³, por exemplo, que não se identificam como homens ou mulheres, ou que perpassam entre ambos.

Entendendo que a identidade de gênero é algo construído, pode-se concluir que também não se trata de um conceito imutável e sim fluido, como já dito anteriormente, diante disso, Costa (2022) diferencia três tipos de identidades de gênero: 1- identidades de gênero instituídas: que são construídas historicamente no contexto cultural; 2- identidades de gênero constituídas: onde indivíduos atribuem a si mesmas identidades (consciente ou inconscientemente) e; 3- identidades de gênero atribuídas: indivíduos atribuem identidades a outros indivíduos, sem que estes tenham noção disso. O mesmo autor explica que são através dessas definições que é formada a real ideia de identidade de gênero, a partir disso, ele apresenta o conceito de “progressão lógico-histórica” (figura 1), com o objetivo de explicar como se constrói a identidade de gênero a partir de fundamentos condicionados e não condicionados.

³ O termo não-binário refere-se às pessoas que não se percebem como pertencentes a um gênero exclusivamente. Isso significa que sua identidade de gênero e expressão de gênero não são limitadas ao masculino e feminino.

Figura 1 - Esquema final da progressão lógico-histórica da ideia de identidade de gênero.



Fonte: Antônio Costa, 2022.⁴

Estes fundamentos são divididos em quatro matrizes: I – binária: que contempla duas identidades, que seriam masculina e feminina (binarismo biológico); II – quaternária: que estende o fundamento da ideia binária com uma ideia adicional (a orientação sexual), estabelecendo quatro identidades de gêneros diferentes, que são masculina heterossexual, masculina homossexual, feminina heterossexual e feminina homossexual; III – “Junguiana”: derivada, porém modificada do trabalho de Carl Jung que abandona o binarismo biológico e mostra dois arquétipos (*anima* – padrão de comportamento feminino e *animus* – padrão de comportamento masculino) em cada pessoa; e IV – Butleriana: baseado no conceito de performance de Butler que diz que “as identidades de gênero devem ser atribuídas a uma pessoa, numa dada circunstância, com base nos atos de gênero que a pessoa realiza em dado momento”. A partir da progressão, pode-se perceber a necessidade de atualização do que se entende como gênero no âmbito geral, deixando de lado a ideia do termo associado somente ao sexo ou às questões puramente biológicas, entendendo-o mais como algo que se constrói ao longo do tempo, que só pode ser atribuído com base no próprio indivíduo e nos seus atos.

Ainda no que se refere aos trabalhos de Butler, no qual se baseia a última etapa da progressão lógico-histórica apresentada por Costa, esta argumenta com ainda mais aspectos sobre o termo performatividade de gênero criado por ela em 1990 em seu livro *Problemas de Gênero*, originalmente publicado em 1988. De

⁴ Disponível em: <https://www.researchgate.net/figure/Figura-3-Esquema-final-da-progressao-logico-historica-da-ideia-de-identidade-de-genero_fig3_366354628>. Acesso em: 20 ago. 2023.

acordo com Amaral e Lima (2022), baseando-se nos seus estudos,

(...) performance diz respeito à ação, ao agir de determinada forma expressando o gênero que apresentamos ao mundo. Dizer que algo é performativo é afirmar algo da ordem da produção de efeitos, falar, portar-se, agir de forma que o reconhecimento se dê “esse é um homem” “essa é uma mulher”. É através do conceito de performatividade que o caráter de substância e/ou essência atribuídos ao gênero como pertencente ao sujeito não encontra base sólida, evidenciando assim, que se trata de algo que o sujeito performa. (Amaral e Lima, 2022. p. 460).

Essa argumentação é utilizada também como uma contrapartida a ideia de gênero somente como uma construção social, visto que Butler faz certa crítica a essa ideia, levando em consideração que a construção da sua identidade e performance de gênero também depende do indivíduo, permitindo-o construir e desconstruir seu conceito de gênero e dar significados diferentes às relações corporais.

Desta forma, é perceptível que todos os conceitos e definições apresentadas até aqui são de suma importância para a atual sociedade como um todo, dando um sentido completo quando são trabalhados em conjunto, mostrando assim que estão interligados, apesar das variações ao longo do tempo. Entende-se dessa forma, a importância de conhecer o passado para se entender o presente, e assim construir um futuro mais humano, igualitário e conhecedor da sua realidade, entendendo, então, a importância de compreender como se deu a definição desse conceito, apesar das diversas contradições e dilemas no decorrer da história e sabendo seu significado mais apropriado, para que assim se possa deixar de lado visões preconceituosas e desatualizadas.

2.1 Retrocessos nos debates escolares sobre gênero

As discussões e polêmicas sobre gênero e suas múltiplas interpretações têm sido acaloradas nos últimos anos. Muitas são as notícias equivocadas, além dos casos de violência, seja psicologicamente, emocionalmente e, até mesmo, fisicamente em diversos ambientes da vida cotidiana. Essas situações ocorrem por várias razões, dentre elas, o preconceito atrelado a este assunto, a falta de

informação, o tratamento do tema como tabu⁵, visto que, geralmente, a ideia que se tem é a que o assunto não deve ser conversado e se for dever ser apenas dentro do ambiente familiar, ocorrendo de forma superficial e mascarada, entre outras diversas razões.

É sabido que a categoria de gênero se espalhou, primeiramente, a partir de discussões políticas formadas também com argumentações teóricas dentro de um movimento feminista na década de 1980 (Menezes *et al.*, 2022), dessa época até os dias atuais, muitas coisas mudaram, mas o debate sobre gênero ainda carece de muita mudança. Furquim (2018) acredita que compreender as hierarquias de gênero em uma sociedade permite que os conceitos e o entendimento sejam construídos, legitimados e posto em funcionamento, por isso há a necessidade cada vez maior de se colocar o tema como pauta, mas para que isso aconteça, é preciso superar julgamentos sexistas que validam discursos ou padrões de comportamento baseados nesses conceitos e entendimentos (Ferreira, 2004). De acordo com Menezes *et al.*, (2022), o sexismo⁶ é estrutural, e está em toda a sociedade e em diversas instituições, incluindo a escola.

Entretanto, no que tange as discussões de gênero em sala de aula, pode-se perceber que há uma ausência e de certa forma, até um descaso com relação ao estudo do tema, sendo tratado como um tabu, algo que não pode ser pronunciado ou discutido, que tem que ser questionado em casa, quando falado em sala, só envolve questões relacionadas a coisas de menino e de menina, o que não engloba realmente o que se deveria a respeito das questões de gênero. Isso ocorre, principalmente por causa do discurso da chamada “ideologia de gênero”⁷, além da ausência de leis mais específicas que tornem obrigatória a discussão desse tema. De acordo com Mendonça (2016) em pesquisa realizada pela Agência Brasil, no que diz respeito à chamada “ideologia de gênero”, “a educação para a diversidade não é uma doutrinação capaz de converter as pessoas à homossexualidade” dessa forma, o termo não deve ser utilizado como “desculpa” para não se trabalhar e discutir em sala de aula, visto que é de grande importância para a formação do

⁵ O termo tabu (tapu) é oriundo da língua da polinésia, que significa algo sagrado, especial, proibido, perigoso ou pouco limpo.

⁶ Sexismo é o ato de discriminação e objetificação sexual, é quando se reduz alguém ou um grupo apenas pelo gênero ou orientação sexual. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/sexismo/>>. Acesso em: 21 ago. 2023

⁷ Trata-se de um “termo criado no fundamentalismo religioso é usado em debate político para barrar iniciativas pelos direitos da mulher e da comunidade LGBTQIA+”, sendo assim inverídico, ou seja, não se trata de um conceito e sim de uma bandeira levantada.

educando como ser crítico, capaz de entender sobre si e sobre o mundo, garantindo assim seus direitos humanos, e formando uma sociedade mais igualitária e capaz de enfrentar as desigualdades, discriminações e violências. Além disso, esses estudos, ainda de acordo com a pesquisadora

Contribuem para levantar questões e pensar em ações na escola em uma perspectiva da educação para diversidade e, desse modo, para uma educação que combata a discriminação e preconceitos, as violências de gênero, violência contra mulher e a violência homo, lesbo e transfóbica. (Mendonça, 2016).

Contudo, apesar dos diversos benefícios que o estudo e a compreensão sobre o tema garante, o que se vê, muitas vezes, é um retrocesso com relação as abordagens em sala de aula, não havendo um espaço próprio para falar sobre gênero, tanto na educação básica, quanto na própria formação de pedagogas(os). Exemplo disso, é que:

[...] as iniciativas voltadas para abordagem das temáticas gênero e sexualidade no contexto do ensino básico, por exemplo, representam um desafio frente aos diferentes valores e às normas morais, culturais, religiosas e familiares que permeiam esses temas⁸

Sendo assim, essa lacuna existe, dentre outros motivos, pelo fato da educação desde sua gênese ser pensada pelo viés religioso, também com uma visão mais tradicionalista. Foi através do movimento feminista que pautas relacionadas a gênero e sexualidade começaram a ser discutidas, mas ainda está longe de alcançar todas as áreas, exemplo disso é que ainda existe uma escassez de estudos e abordagens sobre o tema na educação como um todo, embora já tenha havido momentos em que a temática apareceu mesmo que de forma mais superficial no processo de ensino, a exemplo tem-se os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), documento norteador da educação, que menciona questões relacionadas a gênero até os dias atuais e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que assim como o documento anterior, ainda menciona a respeito da temática.

Na década de 1990, o Brasil intensificava ações políticas e reformas educacionais em sintonia com a orientação de organismos internacionais, adotando

⁸ SOARES, Z. M. P; SANTOS, N. R. L. dos; PEREIRA, S. Documentos Curriculares: Gênero e Sexualidade em Discussão. Universidade Federal de Goiás. [s.d.]. Disponível em: <https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/edipe/artigo_07.html>. Acesso em: 20 ago. 2023.

medidas neoliberais⁹. Foi nesse contexto que essas duas importantes Leis foram elaboradas. Dessa forma, pode-se perceber também que há uma relação direta entre o neoliberalismo e a educação.

[...] a relação do neoliberalismo com a educação se dá em diversos aspectos, tais como: as concepções pedagógicas, a avaliação escolar; a municipalização da educação, a exclusão violenta dentro das escolas; a ideologia dos conteúdos: qualidade, quantidade e distribuição, privatização da educação (Caprioglio *et al*, 2000, p. 26 *apud* Lopes e Caprio, p. 11).

Levando em consideração as Leis elaboradas nesse período, vale ressaltar que apesar de ainda haverem menções relacionadas a gênero e sexualidade, aparecem apenas como temas transversais, onde a abordagem ocorre de forma superficial, não inclusa nos conteúdos de caráter obrigatório, sempre atreladas às temáticas de raça, etnia, entre outras, voltando-se apenas para questões de respeito à diversidade, o que também é importante, mas não sendo apresentado como um ponto chave para o conhecimento de si e sobre o outro, que deveria ser o principal objetivo.

De acordo com Barros (2023), os PCN's estão divididos de forma a facilitar o trabalho da instituição e são compostos de nove volumes, onde os seis primeiros são relacionados a áreas de conhecimento (língua portuguesa, matemática, ciências naturais, história, geografia, arte e educação física) e os outros três volumes compõem os temas transversais, tais como pluralidade cultural e orientação sexual, tema diretamente relacionado às questões de gênero. Historicamente, os PCNs foram implementados pelo governo federal, na década de 1990 com o objetivo de "orientar, analisar, julgar e criticar ações pessoais, coletivas e políticas na direção da democracia" (Araújo *et al.*, 2012). Os autores acrescentam ainda que nos PCN's "são apresentados temas transversais como mais uma possibilidade de integralizar a premissa da formação de uma plena cidadania a todos aqueles que frequentam o espaço escolar", dessa forma, visando uma valorização à tolerância, porém, o que se vê é um descaso e desinteresse com relação ao trabalho com os temas que seriam fundamentais para essa integralização, sendo excluídos das salas de aula, como é o caso do estudo sobre gênero.

⁹ Neoliberalismo é uma teoria econômica que surgiu como adaptação do liberalismo clássico à economia globalizada. Esta teoria defende a livre iniciativa, a livre concorrência, a diminuição do papel do Estado na economia e a redução de barreiras ao comércio internacional.

Como também norteadora da educação, tem-se a LDB, que de acordo com Vianna e Unbehaum (2004), assim como nos PCNs inclui a questão de gênero, só que de forma velada, se referindo apenas à (des)igualdade entre os indivíduos de diferentes sexos. Na construção da Constituição de 1988 existia no país uma luta voltada para a conquista dos direitos igualitários entre homens e mulheres (Pinto, 2003), sendo assim, as discussões sobre gênero eram inexistentes nesta época, e por isso, não estão presentes no documento de maior importância do Brasil até os dias atuais.

Contrário a esses documentos, tem-se o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que excluem totalmente do currículo termos como: identidade de gênero e orientação sexual, o que só reafirma a realidade atual dessa ausência de discussões sobre gênero, gerando assim um retrocesso na educação, visto que são documentos mais atuais e que deveriam seguir conforme as necessidades crescentes da sociedade e principalmente dos estudantes.

Com relação à BNCC, trata-se de “um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais” (Pereira e Pereira, 2018), além disso, tem como objetivo organizar os conteúdos com relação ao ano escolar, desde a Educação Infantil, até o Ensino Médio. Entretanto, apesar de ser um documento norteador, que deveria se atualizar conforme as necessidades educacionais, com a retirada dos termos já supracitados em 2018, retirou-se também o caráter de obrigatoriedade da discussão sobre gênero em sala de aula, deixando assim um déficit com relação a isso.

De acordo com Pereira e Pereira (2018), uma diferença relevante entre a BNCC e os PCNs é a respeito do ano de formulação de cada documento, visto que os PCNs foram formulados em 1998, enquanto a BNCC foi feita em 2017. Os autores explicam que os documentos deveriam acompanhar as mudanças da sociedade que evolui ao longo do tempo, desta forma, um documento da década de 90 poderia ser revisado e reestruturado para a realidade atual, pois deveria suprir a necessidade de conhecimento dos indivíduos para participar desta evolução, mas o que ocorre é contrário a isso, enquanto um documento mais antigo como os PCNs ainda possuem menção e conteúdos transversais que se relacionam às discussões de gênero, um documento atual como a BNCC excluiu totalmente o conteúdo.

Com relação ao Plano Nacional de Educação (PNE), o mesmo foi revisado e aprovado pela Lei nº 13.005/2014 como sendo um plano decenal por força da constituição, que acabou ultrapassando diferentes gestões de governo e, superando a descontinuidade das políticas públicas a cada mudança de condução político-partidária (Brasil, 2014). Essa revisão, ocorrida em 2014, passou por setores conservadores e as mudanças que ocorreram não beneficiaram as minorias, como a comunidade LGBTQIA+¹⁰, por exemplo, também excluindo termos como gênero, orientação sexual e desigualdade racial, sendo inclusive antecessor à exclusão na BNCC (Martins, 2018). Vale ressaltar que a retirada desses temas pode provocar interpretações equivocadas, dessa forma, permitindo que se tenha a ideia de que a escola não deve abordá-los de forma específica, sendo realmente o que ocorre atualmente nas instituições educacionais como um todo.

A retirada de menções à palavra gênero, sendo deixada apenas no que diz respeito à Língua Portuguesa, fez com que fosse trabalhado em sala de aula somente questões relacionadas à superação das desigualdades e erradicação da discriminação, mas sem citar palavras como: “gênero” ou “sexualidade”, não havendo assim uma centralidade na discussão. Vale destacar que essa mudança nesses documentos norteadores não significa uma proibição de se trabalhar a respeito do tema, levando em consideração que também faz parte da demanda do próprio estudante, que questiona e quer entender a respeito, mas de toda forma acaba marginalizando os estudos sobre gênero na escola. Prova disso é que com a aprovação do novo PNE em outubro de 2012 e no que se refere às questões sobre sexualidade e gênero,

[...] a sexualidade perdeu seu caráter educativo, ficando restrita ao controle da violência sexual. Observamos, também, que todas as questões de gênero foram retiradas do Plano Nacional. Como efeito, quando se constrói a nova base nacional curricular, chamada Base Nacional Comum Curricular (BNCC), desenvolvida a partir do novo plano, ficou fácil retirar o tópico orientação sexual, pois tal tema não faz mais parte do escopo da educação escolar (Nascimento e Chiaradia, 2017).

Com isso, os temas que são mais específicos em outros documentos aparecem agora de forma mais global, envolvendo apenas temas relacionados às

¹⁰ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer, Intersexuais, assexuais e o símbolo ‘+’ abarca as demais orientações sexuais de gênero.

desigualdades, diversidade e direitos humanos. De acordo com Soares e Monteiro (2019) essa “retirada dos temas gênero e orientação sexual do PNE e da BNCC tira a legitimidade do tema”. Vale destacar que os temas excluídos das Leis supracitadas

[...] ainda constam nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), e que embora sejam menos recentes ainda continuam em vigor. A Nota Técnica nº 32/2015 destaca que essa ausência não exime as redes de ensino de seguirem as recomendações e normativas descritas nas DCN, e que qualquer restrição a essa abordagem estará em contradição com o que apontam as diretrizes (Soares e Monteiro, 2019).

Ademais, por não se tratar de uma proibição, cabe mais ainda as(aos) pedagogas(os) a busca pela discussões sobre gênero em sala de aula, visto que é uma demanda dos(as) educandos(as), que questionam e possuem curiosidade para entender a respeito, entretanto, o que ocorre nas escolas muitas vezes é uma pseudodiscussão, através de explicações voltadas apenas para o gênero feminino e masculino, coisas de menino e de menina ou sobre os órgãos genitais e doenças sexualmente transmissíveis, não envolvendo questões relacionadas a expressão, identidade, poder, cultura entre outros aspectos que envolvem as questões relacionadas gênero.

É importante ressaltar que trabalhar com os temas supracitados também é relevante, mas é necessário ir além disso, visto que os assuntos são trabalhados, geralmente de forma superficial, somente em aulas de ciência, ou especificamente no fundamental II, levando em consideração que os alunos e alunas já são maiores e que por isso já teriam uma maior maturidade para entendimento do assunto. De acordo com Quirino e Rocha (2012), aulas de ciências figuram como o espaço mais adequado para se tratar do assunto, porém eles apresentam uma contrapartida para essa questão, afirmando que os temas precisam ser trabalhados numa perspectiva interdisciplinar, pois trabalhar questões de gênero nas escolas ajuda na construção das identidades das crianças diante dos preconceitos e estereótipos (Butler, 2003).

Outro ponto relevante é que a contextualização de assuntos sobre gênero deveria ser estudada desde as séries iniciais e discutida nas séries subsequentes na idade escolar dos indivíduos, percorrendo todo o período de escolarização, entendendo que falar sobre gênero não é influenciar ou criar uma ideologia, é sim fornecer conhecimentos que podem levar a uma autoproteção e superação das

desigualdades e preconceitos. De acordo com Fialho *et al.*, (2018) o estudo dessa temática é incipiente na formação inicial e inexistente na formação continuada, pois sua abordagem em sala de aula é também iniciante, visto que estes assuntos não estão incluídos nos currículos formais. Diversas razões são colocadas para não haver propostas sobre essas questões nas escolas, uma delas é a existência de uma teoria sobre a tão citada “ideologia de gênero” que, de acordo com Arruda e Soares Júnior (2021) gera um “dispositivo proibitivo e punitivo em relação a essa temática”.

Essa suposta ideologia problematiza a natureza dos indivíduos, impedindo o pensamento diverso, plural e múltiplo (Santos, 2022), tentando silenciar a diversidade, colocando limites nas discussões e interditando os movimentos políticos, acadêmicos e escolares. Os discursos de governos ou pessoas que tentam neutralizar o conceito de gêneros diversos são estratégicos e repercutem “as verdades” controladas por esses indivíduos (Santos, 2022) que se reconhecem como conservadores e que pregam essa visão perante a sociedade. De acordo com autor, o discurso conservador inicia e movimenta ferramentas estruturadas no pensamento individualista, excludente e centradas apenas no indivíduo biológico. Tudo isso acaba produzindo uma perseguição aos estudos relacionados a gênero e promovendo assim um silêncio sobre a diversidade na formação das pessoas, fazendo com que o espaço escolar se torne o local onde se estabelece desigualdades hierárquicas, não permitindo a inclusão de discussões sobre gênero.

É um fato que, em diferentes espaços sociais, e aí se inclui a escola, há um receio em trabalhar e discutir questões de gênero por diversos fatores. De acordo com Santos e Souza (2015) esse receio dos profissionais vem de núcleos diversos dentro do âmbito social, tais como a família, líderes políticos e religiosos, entre outros. Seffner (2016) comenta que as políticas públicas de educação em gênero e sexualidade, causaram um “pânico moral” de coisas absurdas, como por exemplo, “mudar o sexo das crianças nas escolas”, ou até ensiná-las a aderir a uma sexualidade, como se isso fosse algo aprendido e não individual de cada ser. Somam-se a isso, os discursos conservadores das práticas da boa moral e dos bons costumes, que também pregam essa ideia retrogradam sobre as discussões de gênero.

Ferreira (2021) explica que as discussões dos planos estaduais, municipais, distritais e nacionais unificaram as campanhas com as igrejas católica, pentecostal e

neopentecostal para a retirada de toda menção feita às palavras gênero e sexualidade, ainda de acordo com o autor, as religiões desempenharam um papel de destaque nessa discussão contra a abordagem de gênero nas escolas, onde acabam atribuindo exclusivamente às famílias a responsabilidade de abordar tal temática. Enquanto o discurso conservador aciona ferramentas de exclusão, da segregação e do silenciamento dessas minorias, entender o que é gênero deflagra mecanismos de inclusão e contribui para a diversidade de pensamentos.

Frente a isso e comprovando os retrocessos nos debates escolares sobre a temática, pode-se destacar que nos Planos Municipais de Educação que foram aprovados recentemente, também foram retiradas menções aos termos sexualidade, gênero, orientação sexual, identidade de gênero ou educação sexual (Ferreira, 2021). A falta de debates sobre essas questões relacionadas a gênero nas escolas brasileiras pode levar a reprodução de ciclos de violência e desigualdade, sendo assim um retrocesso perigoso para a educação, de acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) em 2015,

A supressão dos temas associados às relações de gênero, à orientação sexual e a outras formas de preconceitos nos planos de educação impede que os estudantes tenham acesso aos conceitos e ao patrimônio histórico comum de lutas por igualdade de gênero e reconhecimento, proteção e promoção dos direitos humanos – empoderando os estudantes, os professores e a comunidade escolar para que recusem e se protejam do preconceito e da discriminação – para a construção de uma sociedade democrática, republicana, mais justa e menos desigual.

A escola pode ser considerada o primeiro local de interação com outras realidades, é no âmbito escolar que as diversas identidades de gênero e orientações sexuais têm se apresentado com maior visibilidade (Ferreira, 2021), por isso se faz tão necessária as discussões sobre o tema nesse local. Apesar disso, vê-se um declínio com relação às discussões sobre gênero em sala de aula, isso se dá também devido à ausência de estudos sobre o tema na própria formação de pedagogas(os), decorrente também dos currículos acadêmicos, além da falta de investimento políticos e de práticas pedagógicas que constituam esses currículos, já que em grande parte das academias não há nenhum componente curricular ou área específica que ajude ou oriente os discentes sobre como trabalhar essas questões em sala de aula. Essa ausência na formação é também decorrente das forças

conservadoras, que assim como na educação básica, acreditam que estudar sobre o tema é corromper a sociedade, dessa forma,

Há implicações nesse processo seletivo que se organiza por operações de poder que incluem, excluem, classificam, hierarquizam, subordinam, valorizam, desvalorizam, visibilizam, invisibilizam, silenciam, vozeiam, privilegiam certos conhecimentos, destacando, entre múltiplas possibilidades, certas subjetividades como ideais (Silva, 2007 apud Castro e Ferrari, 2021).

Por causa dessa ausência na formação, as(os) pedagogas(os), muitas vezes não sabem como tirar dúvidas dos alunos a respeito do tema, sentem medo das reações por parte dos pais ou até da própria escola caso abordem o assunto em sala de aula, e isso ocorre também porque não há uma influência da própria gestão com relação ao enfrentamento da ausência das discussões de gênero. Há ainda, a ausência de algo que tenha caráter de obrigatoriedade com relação ao estudo do tema, como as próprias leis relacionadas à educação, que já existem, mas que precisam de uma apresentação de pontos mais específicos direcionados às discussões de gênero em sala de aula, principalmente como sendo algo obrigatório desde os anos iniciais da escolarização e não somente da segunda etapa do Ensino Fundamental, como geralmente ocorre.

De acordo com Ferreira (2021) é preciso repensar as identidades de gênero, as orientações sexuais e as construções da masculinidade e da feminilidade no meio educativo, visto que, a escola como tendo caráter cultural, é o local onde ocorre a maior parte das interações e relações das crianças, é onde eles vão aprender que existe um mundo além da sua realidade familiar, onde existem pessoas diferentes, com jeitos, raças, gêneros e modos diferentes. O mesmo autor descreve ainda que há a sensação de que as escolas públicas voltaram ao passado, explicando ainda que as mesmas não devem apenas ensinar o conhecimento “útil” para o mercado de trabalho, sendo preciso ensinar para a realidade atual e para a vida social.

Dessa forma, entende-se há grande necessidade, principalmente nos dias atuais, de se discutir sobre gênero em sala de aula, e para isso, é preciso que se hajam profissionais da educação com conhecimentos formados na área, não apenas visões próprias, formadas pelo senso comum e com um medo enraizado imposto pelos tabus da sociedade. É preciso entender que essa ausência de discussões de

gênero acarreta em grandes prejuízos para a formação de pedagogas(os) e isso afeta conseqüentemente a formação do aluno, visto que

Problematizar as construções sociais do masculino e do feminino, em uma proposta pedagógica, é uma forma de construir uma equidade de gênero, pois as diferenças biológicas servem de argumento para justificar uma série de desigualdades sociais entre homens e mulheres, que, por sua vez, formam a base para justificar comportamentos de mulheres e homens (Altmann; Martins, 2009 *apud* Quirino; Rocha, 2012).

E entender sobre isso é de fundamental importância para a formação do indivíduo como ser social, racional e consciente. De acordo com Butler (2003), a noção tradicional de pessoa que é adotada pela Sociologia vai defini-la como um ser racional e consciente de si, possuindo uma identidade própria, ou seja, entendendo quem ele é de verdade, assumindo conceitos como o de sexo, gênero e sexualidade como fundamentais para assegurar da sua identidade como pessoa, dessa forma, entende-se a real intensão do estudo sobre gênero e pode-se perceber o quão distante ainda se encontra o ensino de alcançar essa perspectiva.

2.1.1 A necessidade de formação docente pensada para abordagem das discussões de gênero em sala de aula

Com a retirada de temas relativos a gênero e também sexualidade de documentos norteadores da educação, como a BNCC e o PNL, a educação para os direitos individuais foi diretamente afetada, tirando a legitimidade do tema e passando a exigir novas posturas das pedagogas(os) e demais funcionários das instituições escolares, tanto no trato diário com alunos e alunas, como no sentido da própria aprendizagem em sala de aula. Para isso, é de suma importância entender a necessidade de discussões sobre temas sociais e atuais analisando situações que muitas vezes são vivenciadas pelos próprios estudantes, mas são evitadas e mascaradas no âmbito familiar, por exemplo. É nesse contexto que a escola ocupa um papel de destaque na formação do aluno, visto que é um dos principais espaços de socialização das crianças. De acordo com Rodrigues *et al.*, (2019) essas discussões em sala de aula possibilitam vivências praticadas e partilhadas por diferentes seres sociais, históricos e humanos, desta forma, existe uma necessidade

de dialogar sobre gênero, apesar disso é abordado de forma superficial e não é tido como um tema importante para ser discutido nos espaços escolares.

Muito se sabe sobre a complexidade em se adotar temas relacionados a gênero nas discussões escolares, principalmente nos anos iniciais de escolarização, isso porque acaba esbarrando nas questões do preconceito e até os seus impactos em relação aos grupos discriminados (Rodrigues *et al.*, 2019), até as iniciativas a respeito do problema geralmente se voltam apenas para a segunda etapa do Ensino Fundamental ou para o Ensino Médio, exemplo disso, tem-se uma importante iniciativa do Governo Federal que se refere ao desenvolvimento do curso de atualização Gênero e Diversidade na Escola (GDE) (Soares; Monteiro, 2019), que apesar de estar voltado para a formação de professores, é direcionado apenas aos estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

Vale ressaltar que as críticas sobre as questões ligadas a gênero e sexualidade ganharam ainda mais força no embate entre os movimentos sociais e os defensores *da Escola Sem Partido* que incluem em seu projeto a retirada do que denominam ideologia de gênero (Martins, 2018), que é associada a uma doutrinação, como se fosse capaz de converter as pessoas, fazendo-as mudar de gênero ou de sexualidade a partir do trabalho sobre o tema nas escolas, gerando assim uma insatisfação coletiva em se trabalhar o assunto em sala de aula.

Diante disso, vê-se mais ainda a necessidade de entender como trabalhar as múltiplas questões de gênero em sala de aula, sendo necessária a criação de condições para que tanto alunos, quanto pedagogas(os) possam entender sobre essas relações, deixando de lado os tabus da sociedade e seus próprios preconceitos, possuindo embasamento teórico e didático. Para isso, a formação com discussões a respeito desse tema deve ocorrer tanto no processo de graduação nas universidades e faculdades, quanto para pedagogas(os) já formadas(os), tendo em vista também a necessidade de uma formação continuada. Portanto, se faz necessário:

Conscientizar cursistas, graduandos/as e professores/as a terem com as crianças atitudes que não passem modelos sexistas, destinando a alunos e alunas as mesmas atividades ou cuidando para não reforçar por palavras e ações os modelos machistas (Dias, 2014).

Dessa forma, deixando de lado suas visões próprias e a ideia das discussões de gênero voltada apenas para o biológico e entendendo a realidade de cada um

para assim entender o todo. Assim, no âmbito de formação acadêmica, é preciso haver maior conscientização e participação dos graduandos, tendo em vista que não há, muitas vezes, disciplinas específicas para tratar a respeito do tema, além de que os professores geralmente não abordam esses conteúdos em sala pelos mesmos motivos já citados anteriormente. Com uma participação mais ativa no seu processo de aprendizagem, a(o) pedagoga(o) pode elaborar e concretizar estratégias e dispositivos para a construção de aulas mais eficazes e contextualizadas, fortalecendo os caminhos da profissionalização docente (Dias, 2014) e assim, se faz necessário também um ensino com pesquisa, não voltado para as metodologias tradicionais e engessadas da aprendizagem, de acordo com Mendonça (2016),

É necessário que a formação de professoras e professores tenha um debate mais aprofundado sobre as questões de gênero e sexualidade, com disciplinas obrigatórias que tratem do tema. É fundamental também que se desconstruam as resistências para se falar da diversidade sexual e das diferenças, bem como das desigualdades persistentes e estruturais em nossa sociedade que são, sim, produtoras das violências.

Outra forma de contribuir na resolução do problema da falta de formação de pedagogas(os) no que tange às discussões de gênero já no contexto atual é a formação continuada, pois a mesma “se faz necessária como prática que se transforma constantemente” (Christov, 1998, p. 09). A princípio, é preciso entender as possibilidades do movimento de formação continuada que envolve processos educativos, assim, de acordo com Libâneo (2013), há duas possibilidades: 1- a formação que ocorre fora da escola, por meio de cursos, congressos, seminários, grupos de pesquisa e etc.; 2- a formação que ocorre dentro da escola, tais como participação no projeto pedagógico, reuniões, conselhos de classe, programa de educação a distância e etc. Nesse sentido, pode-se concluir que a formação continuada se trata de um processo de aprendizagem contínua do professor, levando-o a adquirir e desenvolver novos conhecimentos e estratégias, complementando sua formação inicial.

É importante mencionar que, atualmente, há uma ausência total também da categoria gênero e suas múltiplas interpretações nos Planos de Formação Continuada da Coordenação Pedagógica (Rodrigues *et al.*, 2019), o que acaba sendo um retrocesso nesse processo de formação, visto que o ambiente escolar é um dos principais contribuintes na construção do saber de crianças e jovens,

incluindo suas próprias identidades e, conseqüentemente, é onde indivíduos se deparam com as diferenças, especialmente de gênero (Reis, 2018), por isso, se os próprios gestores não possuem formação adequada para implementação do tema, essa ação não tem como ocorrer no processo de ensino/aprendizagem. Portanto, há uma grande necessidade de que as discussões sobre gênero sejam feitas no âmbito escolar e que este tema também esteja inserido no ensino superior, passando pela formação essencial do professor e até pelos materiais educativos.

Apesar de não serem mencionadas nas formações iniciais e continuadas dos professores, as questões de gênero e sexualidade estão presentes, mesmo que de forma implícita, no ambiente escolar, mais precisamente no chamado currículo oculto¹¹ (Martins, 2018). As aprendizagens adquiridas através desse currículo não são previstas em planejamento ou nos projetos políticos pedagógicos da escola, mas acabam influenciando na construção da identidade e da visão de mundo dos estudantes (Silva, 2000 p.82). A partir deste é que se aprende de forma não direcional sobre normas, valores, crenças, entre outras coisas, podendo ser entendido também sobre a diversidade como um todo, mas sem um direcionamento específico, visto que não está previsto no currículo formal.

A respeito do termo diversidade, são muitas as narrativas, no entanto, para conceituá-lo pode-se recorrer ao dicionário Aurélio que o define como “qualidade daquilo que é diverso, diferença, dessemelhança, variação, variedade”. Fleury (2000) diz que “a diversidade está relacionada diretamente à individualidade”, dessa forma, entender sobre o que é diverso, diferente, é entender também sobre si, se conhecer e entender seu lugar no mundo. Sendo assim, entender sobre a diversidade favorece a inclusão que por sua vez, contribui para o aprendizado. De acordo com Gonçalves *et al.*, (2018), o professor deve perceber que o preconceito com as diferenças não está somente no meio dos adultos e sim, também no meio das crianças que muitas vezes estão se espelhando nos pais através do convívio familiar, reproduzindo suas ações e perpassando os preconceitos existentes. Os referidos autores explicam ainda que para que o professor atue de forma correta e consiga perceber estas ações por parte dos alunos é preciso formação capacitada para agir como mediador e intervir quando necessário, e é isso que falta, uma capacitação adequada a essas necessidades.

¹¹ O currículo oculto é o termo usado para designar as influências que afetam a aprendizagem dos alunos e o trabalho dos professores (Moreira e Silva, 1997).

Podem-se destacar ainda, algumas atividades a serem realizadas para melhorar o entendimento dos alunos em relação à diversidade em sala de aula frente a essa ausência de formação docente, tais como palestras, rodas de conversa, eventos culturais (exposições, danças, feiras gastronômicas), inserção da família e, sobretudo, trabalhar a interdisciplinaridade como ferramenta de combate ao preconceito, grande parte dessas ações também podem ser desenvolvidas no processo de formação acadêmica. Para isso, de acordo com Almeida *et al.* (2011), os professores precisam ter acesso a um espaço coletivo de produção de conhecimento plural, para que assim possam nortear sua conduta, e estejam sensibilizados quanto à existência da diversidade sexual, podendo então, refletir sobre os princípios democráticos que devem ser alcançados com a inserção de discussões de gênero em sala de aula.

Destaca-se que o ensino sobre gênero e também sobre sexualidade no ambiente escolar influencia para a prevenção da violência e da discriminação, visto que de acordo com Guimarães (2023) a escola pode ser considerada como um ambiente garantidor dessa prevenção, e por isso, é papel da educação, enquanto voltada para a formação acadêmica, reforçar essa questão, entendendo que a violência vai ser vivenciada em primeiro lugar na escola, porque é o maior espaço de interação social dos jovens, mais do que a própria família, e se a escola não se adaptar às necessidades da realidade vivenciada, com uma estrutura adequada, não será possível lidar com essas violências.

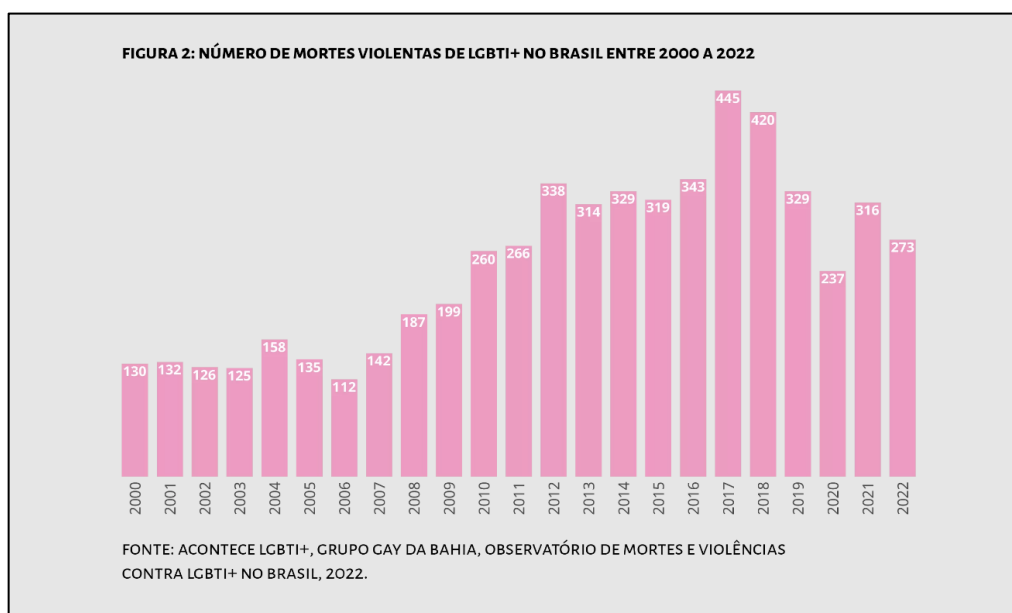
2.1.2 Cenários de violência nas escolas

No que tange as discussões a respeito da violência na escola, destaca-se a violência de gênero, que pode ser explicada como uma questão cultural e enraizada, que muitas das vezes vem do próprio ambiente familiar e que é repercutida dentro das salas de aula e em todo o ambiente escolar, sendo assim um retrocesso social, visto que é decorrente da falta de formação e evolução do indivíduo. De acordo com Santos (2020), esse tipo de violência é também consequência da falta de conhecimento sobre a temática, podendo ser definida como qualquer tipo de agressão, seja ela física, psicológica ou simbólica, que seja expressa contra alguém por causa da sua identidade, expressão de gênero ou orientação sexual.

A designação do termo “violência de gênero” é feita para abranger também a comunidade LGBTQIA+, incluindo crianças e adolescentes, tornando-o assim mais amplo do que “violência contra a mulher” como era anteriormente utilizado. De acordo com Santos (2022), no Plano Internacional dos Direitos Humanos não existe uma definição precisa do que é violência de gênero, desta forma a Organização das Nações Unidas (ONU) ainda usa uma definição ampliada do que seria violência contra a mulher em alguns tratados internacionais.

Os maiores números relacionados à essa violência no Brasil são ligados à mulher e isso é um fato alarmante. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública, através da Agência Brasil, divulgou que cerca de 18,6 milhões de mulheres foram vítimas de violência em 2022, e quando se fala de homicídios, o Brasil está em 5º lugar no ranking com o número de 1,4 mil mortes de mulheres em 2022, com relação a números de violência de gênero contra a comunidade LGBTQIA+ no Brasil, em 2017, foram registradas 260 mil agressões (Santos, 2022). O Observatório de Mortes e Violência de Pessoas LGBTQIA+ registrou 273 mortes de indivíduos somente em 2022 (Figura 2).

Figura 2 - Número de mortes violentas de LGTBQIA+ no Brasil



Fonte: Observatório de mortes e violências contra LGBTQIA+, 2000 - 2022.

O número alarmante demonstra a realidade de desigualdade vivenciada por tantas pessoas consideradas como minorias na sociedade. No geral, existem vários tipos de violência, mas quando se refere a violência de gênero, Santos (2022)

descreve os tipos mais frequentes: 1) violência física – que é considerada a mais comum, sendo o uso da força física, com o uso de objetos ou não, no intuito de ferir a vítima, podendo causar danos físicos ou até a morte; 2) violência sexual – sendo definida como “todo ato sexual, tentativa de ato sexual ou insinuações sexuais indesejadas, ou ações para comercializar ou usar de qualquer outro modo a sexualidade de uma pessoa por meio da coerção por outra pessoa, independentemente da relação desta com a vítima, em qualquer âmbito, incluindo o lar e o local de trabalho”; 3) práticas culturais nocivas – é conceituada como toda e qualquer violência que “*viola os Direitos Humanos relacionados à igualdade, segurança da pessoa, saúde e autonomia na tomada de decisões*”; 4) virtual - manifestações online que intimidam e causam constrangimento às pessoas devido a sua identidade de gênero; 5) simbólica – refere-se a uma forma de violência “*imperceptível*” praticada através de comportamentos, pensamentos e até mesmo modelos de organização das instituições sociais. Todos esses tipos estão presentes em diversos âmbitos da sociedade, sendo muitas vezes mascarados ou ignorados e até perpetuados e normalizados pela sociedade.

Com relação à violência de gênero dentro das escolas, pode-se destacar que, é principalmente dentro da sala de aula que, muitas vezes, ocorre a legitimação e naturalização do preconceito, ocorrendo dentro de ações como brincadeiras, gestos, palavras e orientações, que servem de base para externar os preconceitos relacionados a gênero. Uma reportagem do Jornal do Campus (Nunes, 2015) mostra que 99,3% das pessoas em ambiente escolar são preconceituosas e isso demonstra a real necessidade do estudo sobre a diversidade nas escolas. A pesquisa ainda concluiu que 44,9% dos alunos admitiram que os professores que não são gays são mais respeitados¹² dentro de sala, podendo assim concluir que o preconceito encontra-se enraizado, sendo perpassado para as crianças. De acordo Barbieri *et al.*, (2021) a violência é reflexo das vivências familiares ou do ambiente socioeconômico em que os estudantes estão inseridos, e isso é refletido no ambiente escolar.

Os principais tipos de violência nas escolas estão relacionados ao bullying, abuso verbal e situações de intimidação, mas podendo haver também casos de

¹² NUNES, W. 2015. Preconceito por orientação sexual e gênero nas escolas. Disponível em: <ornaldocampus.usp.br/index.php/2015/07/preconceito-por-orientacao-sexual-e-genero-nas-escolas/>. Acesso em: 07 set. 2023.

violência física, o que torna a situação ainda mais preocupante. A respeito dessa questão, Barbieri *et al.*, (2021) explicam que

[...] os conflitos que acontecem no espaço escolar contam com três situações, a primeira são as testemunhas, alunos que observam os acontecimentos, mas mantêm-se neutros, pois não querem ser a próxima vítima, [...]. A segunda situação são os alvos, esses por sua vez, são perseguidos de forma hostil e por vezes não sabem como se defender, podendo ser professores, alunos e funcionários da escola. Na terceira circunstância, os autores encontram um indivíduo com características específicas, podendo ser a orientação sexual, crença, gênero, físico e raça, sem motivos aparentes, desta maneira, todos passam a serem alvos em potencial.

Diante dessa situação, a maioria dos estudantes que se reconhecem pertencentes à comunidade LGBTQIA+, por exemplo, não se sentem seguros nas escolas, por não possuírem o apoio necessário. Uma pesquisa realizada em sete países da América Latina¹³ entre 2015 e 2016 e publicada pelo site da Câmara dos Deputados foi feita com estudantes que se identificavam como LGBT, no Brasil foi realizada com 1.016 adolescentes, registrando que 73% desses estudantes sofrem ou sofreram *bullying* homofóbico, 60% se sentem inseguros nas escolas e 37% já sofreram algum outro tipo de violência, isso é reflexo de tudo que foi trabalhado até aqui, da falta de conhecimento, de formação e de políticas públicas e educacionais que assegurem não só a formação, mas a vida desses(as) alunos(as).

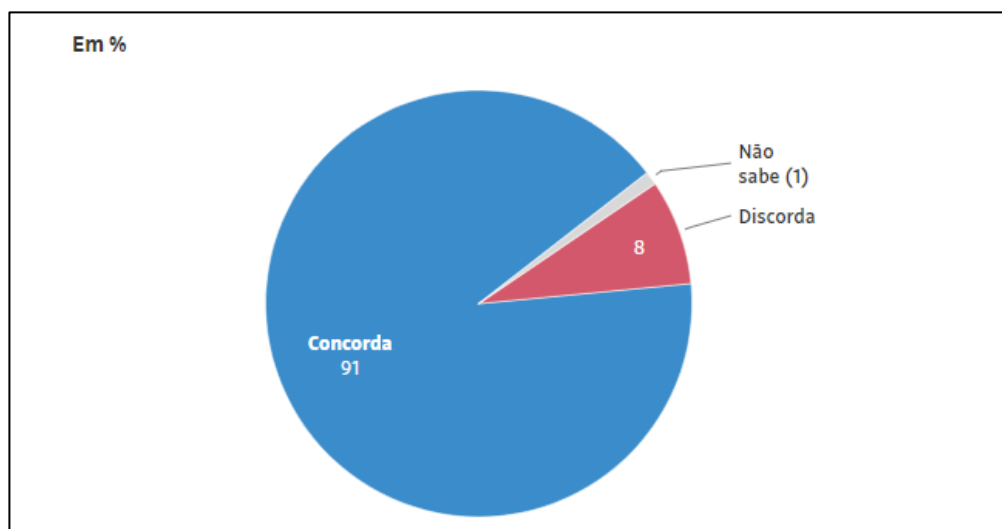
De acordo com a Agência Brasil, estudantes gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais relataram que são agredidos nas escolas, sendo 73% agredidos verbalmente e 63% agredidos fisicamente. Na mesma pesquisa, é citado que, dentre estes que vivenciaram maiores níveis de agressão verbal devido à orientação sexual ou identidade de gênero, aumentam as chances de suicídio, por apresentarem níveis altos de depressão. Ainda de acordo com a pesquisa, um total de 56,9% diz que as questões de gênero não são abordadas na escola, o que justifica em parte toda essa situação. Todos esses tipos de agressão levam alunos a faltarem nas aulas para não sofrerem mais violência, a abandonarem de vez a escola aumentando os índices de evasão escolar, causando um prejuízo na aprendizagem e desenvolvimento como ser social, prova disso, é uma Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Escolar que detectou que a intolerância sobre a

¹³ BRASIL. Congresso. **Câmara dos Deputados**. Estudantes LGBT se sentem inseguros nas escolas, aponta pesquisa. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/525534-estudantes-lgbt-se-sentem-inseguros-nas-escolas-aponta-pesquisa/>>. Acesso em: 20 ago. 2023.

sexualidade levou 58,9% dos estudantes que sofrem algum tipo de agressão no ambiente escolar a faltar às aulas, pelo menos uma vez no mês.

A escola é, ou pelo menos deveria ser, um ambiente, sobretudo, de aprendizado e socialização, no entanto, alguns conteúdos sobre gênero e sexualidade e discussões a respeito ainda são incipientes, visto que as escolas evitam esses assuntos, apesar da crescente demanda. Um exemplo disso é dado pelo CENPEC¹⁴ que em sua pesquisa diz que alguns municípios aprovaram leis que impedem a escola de trabalhar temas sobre sexualidade e identidade de gênero (ABE, 2022). Mesmo assim, a pesquisa mostrou que mais de 90% da população aprova que os temas relacionados à sexualidade sejam discutidos nas escolas (Figura 3), sendo assim, é dever das próprias instituições de ensino começar a trabalhar os conteúdos, porém, isso só é possível com o apoio e direcionamento governamental e das próprias leis que guiam a educação. É preciso haver debates sobre os temas em questão para que os alunos e as alunas se sintam representados(as), se familiarizando e respeitando as diferenças.

Figura 3 – Incluir ou não educação sexual nas escolas



Fonte: CENPEC.

A escola deve ser vista como um local de aprendizado e desenvolvimento, segurança e proteção (Barbieri *et al.*, 2023). Entretanto, em diversas unidades escolares, situações de desrespeito e violência ganham cada vez mais destaque, sendo contrário ao seu real objetivo. De acordo com Souza (2019), os índices de

¹⁴ Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária.

violência nas escolas são alarmantes, pois 81% dos estudantes e 90% dos professores souberam de casos de violência em escolas estaduais em 2019 e essas violências envolviam *bullying*, agressão verbal, agressão física e vandalismo. A negligência dos pais também tem grande influência no comportamento dos estudantes, de acordo com Pereira e Zuin (2019), tanto pais violentos e autoritários, quanto aqueles sem autoridade influenciam no comportamento dos filhos. Os autores ainda comentam que os pais transferem para a escola a educação básica que deveria ser papel da família, como a educação inicial sobre gênero e sexualidade, visto que a escola deveria ter o papel de reforçar essa aprendizagem.

Dessa forma, se faz necessária uma união também entre família e escola para trabalhar de forma eficiente a respeito das questões de gênero, sendo trabalhado em casa e discutido e continuado na escola, deixando de lado os preconceitos e entendendo que o tema não se trata mais de algo proibido na sociedade, que pode e deve ser trabalhado e que as crianças precisam disso para colaborar com o seu desenvolvimento, tanto intelectual, quanto pessoal.

4. METODOLOGIA

Para esse estudo adotou-se a metodologia qualitativa, como forma de coleta de informações, descrevendo situações, compreendendo e interpretando comportamentos, opiniões, percepções, além de outros aspectos imateriais, não tendo como foco a análise a partir de quantitativos, tendo em vista que de acordo com Creswell (2007) baseando-se nas ideias de Rossman e Rallis (1998), a pesquisa qualitativa é fundamentalmente interpretativa e isso vai significar que o pesquisador é quem faz uma interpretação dos dados. Esse tipo de pesquisa vai além do que se pode prever, preocupando-se mais com o processo do que com o produto em si, não buscando enumerar situações ou eventos como na pesquisa quantitativa, e sim buscando expressar e explicar os sentidos das situações.

A pesquisa qualitativa (...) está relacionada aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências do mundo social e a como as pessoas compreendem esse mundo. Tenta, portanto, interpretar os fenômenos sociais (interações, comportamentos, etc.), em termos de sentidos que as pessoas lhes dão; em função disso, é comumente referida como pesquisa interpretativa (Brandão, 2001, p.13 apud. Rodrigues, 2021, p. 157).

Dessa forma, buscou-se entender e descrever as visões de pedagogas(os) no que diz respeito à sua formação e a ausência de discussões de gênero nesse processo e em sala de aula. Os dados para a pesquisa foram obtidos a partir de uma entrevista estruturada digitalmente que foi aplicada a de 11 de setembro a 18 de setembro de 2023, com cerca de 40 pedagogas(os) da rede pública e privada de algumas cidades do Nordeste, os mesmos foram informados que seria desenvolvida uma pesquisa no qual a participação seria opcional. Todos que receberam as informações a respeito da pesquisa, já receberam em seguida a entrevista, que foi encaminhada via WhatsApp, contendo termo de consentimento, onde também estavam descritas as bases da pesquisa e o objetivo, além do direcionamento de análise da pesquisa; preenchimento de e-mail e nome pessoal – não obrigatoriamente -, além de 10 perguntas no total, sendo 2 sobre idade e ano de formação e 8 diretamente relacionadas ao tema, com perguntas abertas e fechadas. Utilizou-se da plataforma “Google Forms” para aplicação, ocorrendo assim, somente de forma online, com o objetivo de facilitar para as(os) pedagogas(os) com relação ao tempo e espaço para darem as respostas, além de alcançar um número maior de

entrevistados. Apesar dessa facilidade para responder a entrevista e da garantia de confidencialidade, das mais de 40 pessoas entrevistadas, apenas 20 responderam, e depois de certa insistência.

A utilização da entrevista deu-se por se aprofundar mais nas visões do sujeito, além de ser mais flexível com relação às respostas, a mesma foi elaborada de forma estruturada para que assim se consiga comparar essas respostas, identificando semelhanças e diferenças. De acordo com Moretti (2021), esse tipo de entrevista também é conhecido como entrevista padronizada, isso porque segue um roteiro previamente definido pelo pesquisador, para atingir um objetivo específico. Além disso, os entrevistados vão ser selecionados de acordo com o plano da pesquisa, e com o objetivo que se quer alcançar, sendo todos eles pedagogas(os) formados(as) e que atuem ou já atuaram em sala de aula, não sendo necessária nenhuma formação específica que esteja diretamente relacionada ao tema em estudo.

Utilizou-se também da pesquisa de dados e referencial teórico pertinente ao tema para dar fundamentação ao estudo, fazendo um levantamento bibliográfico em sites como o Scientific Electronic Library Online (SciELO), periódicos da CAPES, artigos e outras bases, levando em consideração estudos diretamente relacionados ao tema em análise, voltando-se para a história do termo gênero até a atualidade, abordando sobre a inclusão da temática em sala de aula e a falta de formação docente para a atuação com o tema nas escolas. Essa metodologia se dá, de acordo com Fonseca (2002, p.32) citado por Sousa *et al.* 2021,

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

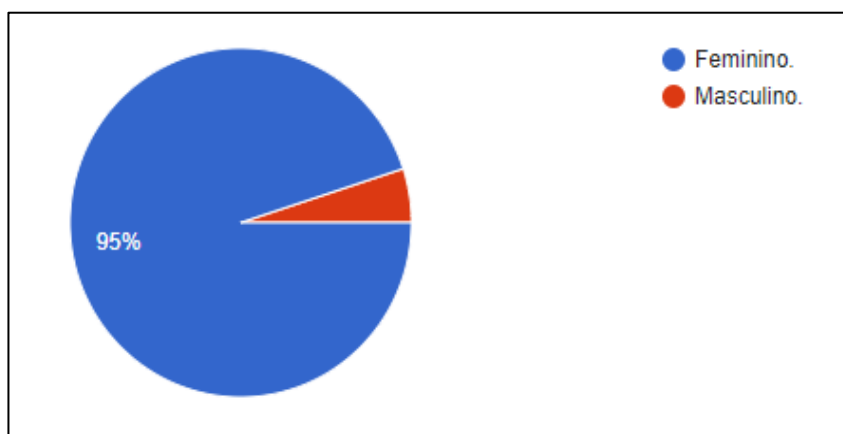
No caso desse estudo, a pesquisa de dados se deu como parte inicial para levantamento de informações, sistematizando todo o conteúdo analisado e dando direcionamento ao trabalho, trazendo também novos enfoques sobre a temática em questão. Dessa forma, no contexto geral, buscou-se analisar de que forma a ausência de formação de professores com relação às questões de gênero

influenciam em sua ação em sala de aula, compreendendo os diversos aspectos das discussões de gênero ao longo da história e como se dá esse processo de inclusão ou exclusão no ambiente escolar.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

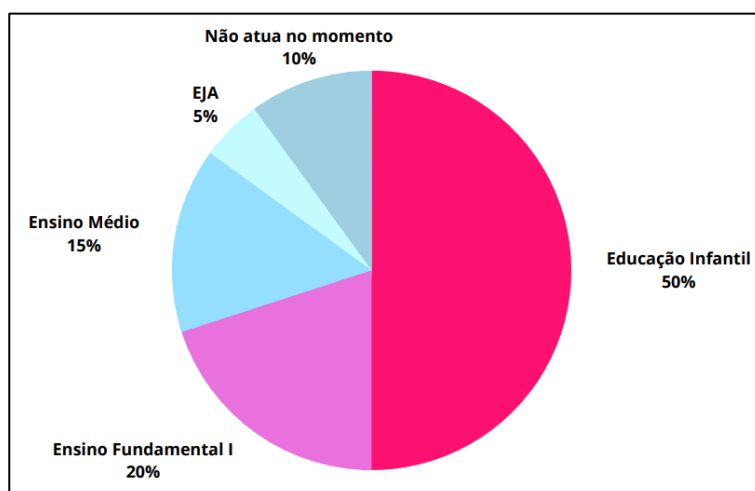
No total, mais de 40 pedagogas(os) receberam a proposta da entrevista, mas apenas 20 responderam as perguntas, tanto de escolas estaduais quanto de escolas privadas, não se fixando em apenas um local, mas em algumas cidades do Nordeste. A idade dos entrevistados variou de 23 a 56 anos de idade. Dentre estes, 19 mulheres e apenas 1 homem participou da pesquisa (Figura 4), isso demonstra os estigmas com relação à pessoa do gênero masculino em sala de aula, visto que geralmente essa ação é considerada uma tarefa feminina, por ser considerada, principalmente na pedagogia, um ato de cuidado e o homem não é associado ao cuidar. De acordo com Sousa (2011), essa ideia é equivocada, visto que o cuidado deve permear e permeia todas as relações entre seres humanos. Além disso, de acordo com Vieira (2003 *apud* Sousa, 2011), os(as) educadores(as), sem nenhuma distinção de gênero ou sexo são figuras exemplares no princípio do cuidado, ajudando o ser humano a tornar-se humano.

Figura 4 – Quantitativa de homens e mulheres na pesquisa



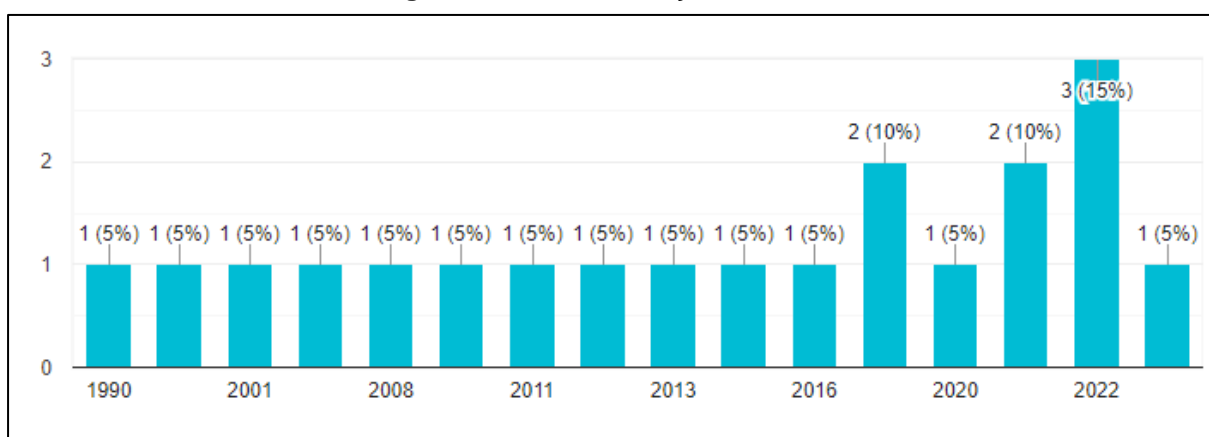
Fonte: De autoria própria, 2023.

A maioria dos participantes da pesquisa que responderam ao questionário está atuando no Ensino Infantil, perfazendo 50% do total de entrevistados (Figura 5), enquanto os outros variam entre ensino Fundamental I, Ensino Médio, EJA e alguns que não estão atuando no momento. Os profissionais atuantes na educação infantil e fundamental I são o foco do presente estudo como foi demonstrado ao longo da pesquisa, visto que são as áreas específicas em que atuam as(os) pedagogas(os).

Figura 5 – Área de atuação docente

Fonte: De autoria própria, 2023.

Foi observado que quase todos os entrevistados se formaram recentemente, , variando entre os anos de 1990 a 2022 (Figura 6), contudo, 45% terminou o curso já nos anos 2000, o que poderia caracterizar uma formação mais atualizada e de acordo com as novas realidades, com o assunto em destaque na pesquisa, com visões mais modernas a respeito das discussões de gênero, mas não foi isso que se observou ao longo da pesquisa.

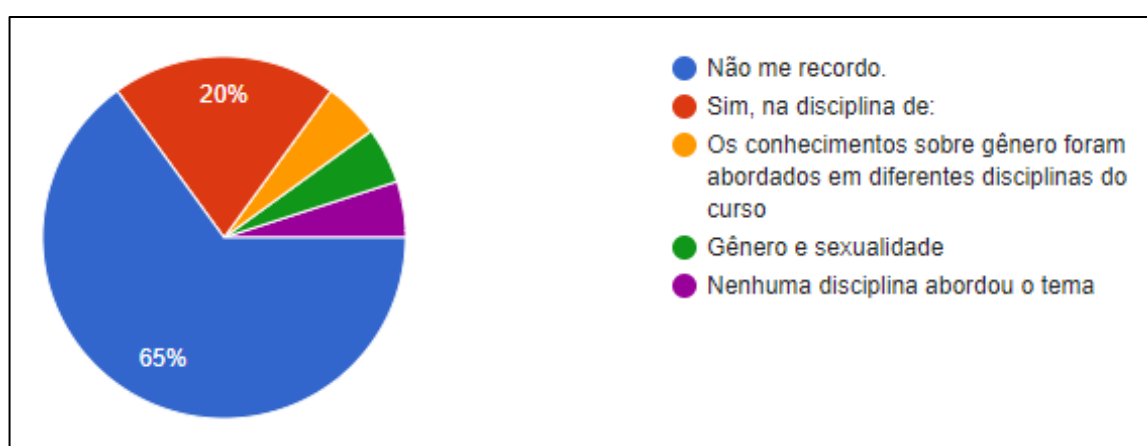
Figura 6 – Ano de formação acadêmica

Fonte: De autoria própria, 2023.

Com relação à formação acadêmica e continuada, 95% dos entrevistados são formados em pedagogia e/ou fez algum tipo de pós-graduação relacionada a essa área, sendo assim, realmente foi atingido o público alvo dessa pesquisa. Ao serem questionados sobre essa formação e se, alguma disciplina envolveu questões de gênero na graduação, somente 20% responderam que sim, como mostrado na figura

7. Apesar de não fazerem parte, formalmente, das formações iniciais e continuadas dos professores, as questões de gênero estão presentes em diversos espaços nas escolas, de acordo com Martins (2018), essas temáticas estão presentes, implicitamente, no currículo formal, ou seja, aparecem mesmo que indiretamente. Por essa razão, é importante o papel das formações continuadas docentes no trato com as questões cotidianas, incluindo as questões de gênero, como caminho para a compreensão e quebra de estereótipos.

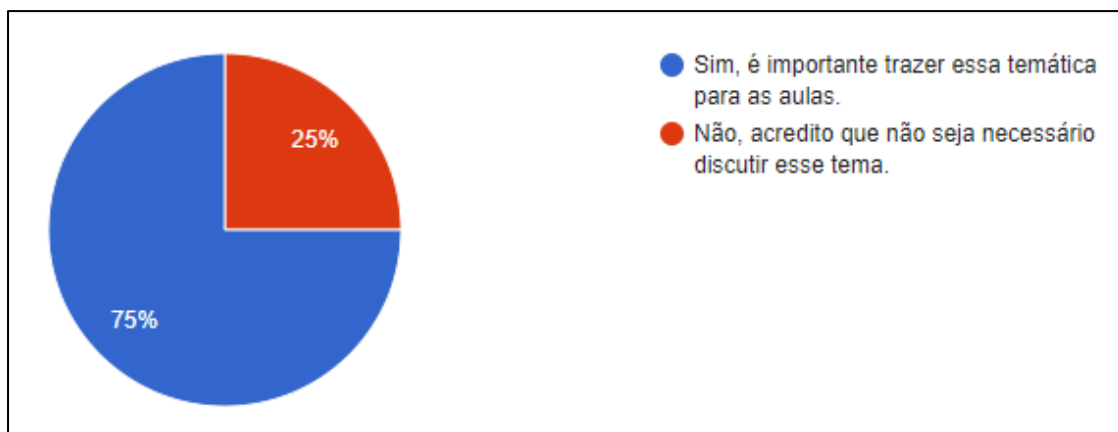
Figura 7 – Questões de Gênero na graduação



Fonte: De autoria própria, 2023.

Apesar de poucas, ainda existem instituições de formação acadêmica que disponibilizam disciplinas que trabalham questões relacionadas a gênero, mas assim como na pesquisa, no âmbito geral, essas são exceções, visto que ainda há uma visão ultrapassada sobre as discussões do tema e a abordagem do mesmo em sala de aula, principalmente no que diz respeito às crianças pequenas.

O grupo entrevistado também foi questionado sobre a importância de estudos relacionados a questões de gênero e sexualidade e, 75% acham que é relevante incluir essa temática nas aulas. Esse resultado é mostrado na figura 8. Apesar disso, pode-se perceber que ainda existe uma lacuna no currículo escolar, visto que acham importante trabalhar o tema, mas não se tem uma obrigatoriedade com relação a isso, de acordo com Araújo e Camargo (2012) isso ocorre principalmente referente à temática homossexual ou questões diversas relacionadas a sexualidade e/ou a diversidade de gênero.

Figura 8 – Importância da inclusão da temática em sala de aula

Fonte: De autoria própria, 2023.

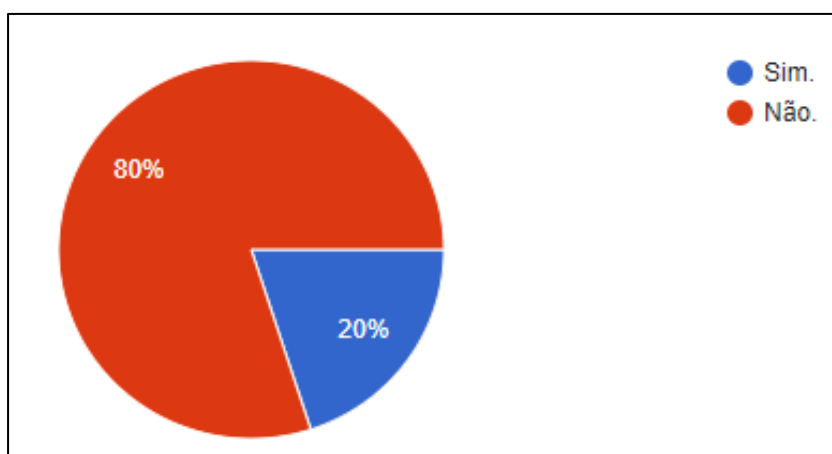
Quando questionados se, como profissionais atuantes em sala de aula, eles já tinham trabalhado questões de gênero e se já trabalharam, de que forma ocorreu, a maioria (60%) respondeu que não. Os que responderam que sim, descrevem a prática de ensino com a utilização de brincadeiras, apresentando possibilidades entre meninos e meninas, contudo, sempre dentro de uma temática binária. Outros relataram falar sobre roupas, cabelos e de como se vestir. Foram também utilizados palestras e debates e somente uma pessoa mencionou o respeito e os direitos da comunidade LGBTQIA+, sendo essa atuante no Ensino Médio. De acordo com Santos (2022), quando os discursos circulam e se acomodam em indivíduos que performam em atos e palavras para caracterizar os corpos como não binários, o campo da discussão é fechado e tem como efeitos as formas de exclusão que encontramos nos currículos.

A pergunta formulada sobre já terem encontrado propostas de aulas que abordem discussões de gênero em livros didáticos, foi respondida de forma negativa pela grande maioria (80%), algumas afirmando até ser desnecessário o trabalho sobre o tema, principalmente na Educação Infantil. Apenas quatro pessoas citaram que já viram essa temática em livros, sendo eles de sociologia, ou extracurricular. O que é presenciado na atualidade é uma escola que precisa de mudanças radicais para se adaptar ao paradigma emergente (Araújo e Camargo, 2012), é preciso acompanhar as mudanças e necessidades da sociedade. Os mesmos autores complementam que, o sistema educacional atual necessita de debates, diálogo aberto, intuição, criatividade, autoconhecimento e reconhecimento do outro, interdisciplinaridade, qualidade com equidade, além de um aprendizado

construtivista, interacionista e multicultural, para que haja assim a formação do ser crítico, mas isso só é possível se houverem profissionais capacitados para levar a ideia adiante, para trabalhar e envolver os alunos e alunas na temática, entendendo que falar sobre gênero não é induzir à criança a ser diferente e sim fazer com que se conheça e conheça e entenda o outro.

Diante dessa ausência de formação, e por causa dos preconceitos carregados por gerações, muitas(os) pedagogas(os) encontram dificuldades em socializar sobre o tema quando surge alguma dúvida em sala de aula, entretanto, contrário a isso, na pesquisa cerca de 80% respondeu que nunca passaram por situações, em sala de aula, em que não conseguiram tirar as dúvidas dos alunos sobre assuntos referentes a questões de gênero (Figura 9), o que pode significar que conseguiram tirar as dúvidas ou que nunca foram questionados a respeito.

Figura 9 – Situações envolvendo dúvidas sobre gênero em sala



Fonte: De autoria própria, 2023.

A última questão foi mais específica, o que acabou a tornando bastante interessante, gerando respostas mais abrangentes e mais elaboradas por parte dos entrevistados. A pergunta foi: “caso venha a trabalhar com a temática (Gênero), explique de maneira breve, como pretende proceder, quais as estratégias didático-metodológicas poderão ser utilizadas?” A resposta mais elaborada continha:

Entrevista 02 - “Essa temática não é algo simples de ser tratado em sala de aula, sobretudo no ensino fundamental e médio. Tendo em vista que é um assunto, muitas vezes, ainda visto como um tabu em nossa sociedade. No entanto, de forma particular, creio que o ponto de partida para se trabalhar o tema, no que se concerne à Sociologia, Filosofia e História, seria apresentar alguns pontos da Constituição

Federal, no que tange à questão dos direitos do cidadão. Que nesse quesito, tem seus direitos à vida, à liberdade e à dignidade humana, independente de gênero, condição social, etnia, etc.”.

Essa resposta, apesar de mais elaborada, trata sobre se trabalhar com o tema basicamente no Ensino Médio, visto que é onde se trabalham especificadamente disciplinas como sociologia e filosofia, tidas como local apropriado para essa discussão sobre gênero.

Algumas outras respostas se concentram em falar que abordariam de forma mais lúdica, com brinquedos e/ou brincadeiras de forma concreta, por se tratarem de crianças no início da sua vida estudantil, trabalhando questões de respeito, empatia, cuidados com o corpo no sentido da autoproteção e igualdade de direitos entre os gêneros, mas focando sempre no masculino e feminino. Algumas outras respostas chamaram bastante atenção:

Entrevista 05 - “Começava logo na educação infantil com práticas de introdução em objetos femininos e masculinos, tornando-os entendedores sobre o assunto, escrevendo nomes próprios femininos e masculinos, animais e entre outros, formando assim uma compreensão na diferença de gêneros”.

Entrevista 10 – “Acredito que esse é um trabalho constante na Educação Infantil, esse período estão se constituindo em suas subjetividades e o ser homem e ser mulher chega na escola com um discurso muito forte do “isso pode, isso não pode!” Por isso sinto-me convidada a tornar nossos encontros na escola um lugar favorável para a ressignificação dos papéis sociais na perspectiva de tornar a escola um espaço favorável para a educação não sexista.”

Entrevista 17 - “Partir de situação real em que houve violência de toda parte, de preferência com base em notícias recentes sobre homofobia, desmistificando estereótipo e preconceitos”. Inclusive, me policiar para não cometer gafes no uso dos pronomes de tratamento e contar experiências desagradáveis em que agi no automático e não o priorizei, mas me desculpei publicamente. Promover debates, incluindo o feminismo, como também as causas e as consequências de atitudes intolerantes. Criar ambientes de convívio mútuo salutar

As respostas em destaque mostram de certa forma, outro lado da pesquisa, visto que também há uma consciência individual sobre a necessidade de se trabalhar com a temática de gênero em sala de aula, onde se pode ver por parte dos próprios entrevistados a importância da inclusão do tema desde os anos iniciais, por

ser o período onde a criança está entendendo além da sua realidade individual. Com a resposta da entrevista 10, por exemplo, pode-se retomar a ideia de Dias (2014), que afirma que é preciso conscientizar cursistas, graduandos/as e professores/as a terem com as crianças atitudes que não passem modelos sexistas, e essa pessoa entrevistada reflete exatamente isso, tendo também o cuidado em não reforçar por palavras e ações que possam mostrar algum preconceito.

De acordo com Farias (2022), a escola é um espaço de construção de conhecimentos que são direcionados ao desenvolvimento integral dos sujeitos, não tendo apenas o papel de transmitir informações, mas também de participar na formação física, social, emocional e cultural dos estudantes, tornando-os mais críticos e conhecedores da sua realidade e de si, por isso, deve trabalhar temáticas tão importantes para a formação do sujeito, como a diversidade e as relações de gênero.

Outras das pessoas entrevistadas afirmaram que, por se tratar de educação infantil, não achavam necessária a abordagem desse tema, por ser um tabu para a sociedade, visto que muitos pais também não aceitam esse tipo de assunto em sala de aula e por considerar os educandos muito jovens para entender sobre gênero. Isso demonstra uma visão mais ultrapassada, associando gênero apenas as questões homoafetivas ou à própria sexualidade, esquecendo-se que também está direcionado ao lugar de cada um em sociedade, à valorização da própria mulher e dos seus direitos, por exemplo.

Existiram respostas negativas à pergunta especificada, como: “não pretendo”, “espero não abordar esse tema” se referindo ao fato de não pretender trabalhar essa temática e a mais radical entre as respostas diz: “caso seja obrigatório, me disperso da sala de aula”, essa foi a que mais chamou a atenção no sentido negativo, visto que se percebe o extremismo escancarado, de um(a) pedagogo(a) que prefere não mais lecionar a ter que trabalhar sobre gênero em sala de aula, pode-se até questionar, os docentes realmente sabem o que é falar sobre gênero em sala de aula? Neste último caso, pretendendo sair do trabalho em sala com o contato direto com os alunos, reflete um pensar como resultado da difusão dos discursos no tecido social, da sua ancoragem nas bancadas políticas em diferentes setores, como a educacional, a religiosa, a agro/ambiental (Santos, 2022), tendo em vista a sua influência também nesse processo educacional.

6. CONCLUSÃO

O presente trabalho abordou a respeito da necessidade do estudo sobre gênero tanto por alunos, quanto por pedagogas(os) incluindo discussões sobre a temática desde a educação básica, até o ensino superior, isso por se tratar de uma questão que se faz cada vez mais presente na atualidade e, tendo em vista que, essa ausência de discussões de gênero pode gerar grandes impactos na formação do indivíduo. O termo Gênero pode ser definido de acordo com Scott (1989), como um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana, sendo algo construído ao longo do tempo e também performado, de acordo com as concepções de Butler.

Diante disso, o desenvolvimento do presente estudo possibilitou a compreensão a respeito dessas ausências de discussões e como isso é consequência da falta de formação inicial e continuada de pedagogas(os) no que tange as discussões de gênero em sala de aula, tendo em vista que nas academias não se encontram, muitas das vezes, disciplinas específicas ou discussões interdisciplinares sobre o assunto, alcançando-se assim o objetivo principal da pesquisa, além disso, outro problema em destaque é a falta de obrigatoriedade no trato sobre o tema em sala de aula, não se tem leis mais específicas para isso, e as que abordam o tema, é de forma superficial.

Para uma análise mais específica sobre o assunto, utilizou-se além da pesquisa de bibliografias, a pesquisa qualitativa, com a aplicação de uma entrevista estruturada. Com ela, pôde-se fazer um levantamento de informações pertinentes à pesquisa, constatando que apesar de a maioria dos professores conhecerem, mesmo que superficialmente sobre a temática, poucas são as vezes que trabalham em sala de aula, e quando é trabalhado, só se tem como foco as características tidas como femininas e masculinas, não envolvendo relações de poder, ou gêneros diferentes. Além disso, houve grande negativa com relação ao trabalho sobre o tema na formação acadêmica, comprovando o que foi estudado até aqui, que as faculdades e universidades não dispõem de disciplinas específicas para discutir questões de gênero e como trabalhar isso em sala de aula desde a educação infantil.

Vale ressaltar ainda o grande leque de respostas que acabou trazendo também uma outra perspectiva para o que se propõe na pesquisa, visto que apesar

de grandes negativas, a maioria dos entrevistados respondeu de forma quase satisfatória sobre como trabalhar com a temática em sala de aula, sendo apontado até que deveria ser desde os anos iniciais, apesar de apenas dois entrevistados terem afirmado isso já é um avanço, mesmo que pequeno. No âmbito geral, a pesquisa confirmou que a ausência de discussões de gênero gera sim consequências para a formação dos alunos, visto que falta tato para essa abordagem em sala de aula, falta conhecimento e informação para que as discussões aconteçam e para isso é necessário um intenso processo de mudança, principalmente por parte dos órgãos superiores. Portanto, a pesquisa buscou também gerar conscientização tanto em professores já formados e atuantes nas academias, quanto em pedagogas(os) em formação, além de levar a uma busca por melhorias.

O estudo em questão não é definitivo, antes, aspira ser provocativo, para que novas pesquisas em torno da temática possam surgir, visando a construção de uma educação cada vez mais justa, igualitária e acolhedora.

7. REFERÊNCIAS

ALVES, N; OLIVEIRA, I. B. **Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas:** sobre redes de saberes. 3. ed. Petrópolis: DP et Alii, 2001, p. 15-38.

ALMEIDA, S.A.etal. Orientação sexual nas escolas: fato ou anseio? **Rev. Gaúcha Enferm.**, v.32, n.1, p. 107-113 de março. 2011

AMARAL, R. C. B.; LIMA, D. R. **Judith Butler sobre o gênero:** as performances e os corpos estranhos. *Kínesis*, Vol. XIV, nº 36, julho 2022, p.444-463. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/kinesis/article/view/13600/12573>>. Acesso em: 25 ago. 2023.

ARAÚJO, R.B.; CAMARGO, F.P. Gênero e diversidade sexual no currículo escolar: uma abordagem inter e transdisciplinar no ensino e na formação de professores. **Entreletras**, Araguaína/TO, v.3, n.1, p.104-123, 2012.

ARRUDA, G.L.; SOARES JUNIOR, A. S. “É proibida a igualdade gênero nesse estabelecimento”: discursos sobre a “Lei da Ideologia de Gênero” em Santa Rita, Patos e Campina Grande – Paraíba (2017-2018). **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 6, n. 2, e4189, 2021.

BARBIERI, B.C.; SANTOS, N.E. dos; AVELINO, W.F. Violência escolar: uma percepção social. **Revista Educação Pública**, v. 21, nº 7, 2 de março de 2021. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/7/violencia-escolar-uma-percepcao-social>>. Acesso em: 05 ago. 2023.

BARROS, J. PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais. **Uol**, [s.d.].Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/orientacoes/pcnparametros-curriculares-nacionais.htm>>. Acesso em: 22 ago. 2023.

BARROSO, J. **Os liceus. Organização pedagógica e administração** (1836-1960). Lisboa, 1995.

BRASIL: Ataque à Educação sobre Gênero e Sexualidade. **Human Rights Watch**, 2022. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/news/2022/05/12/brazil-attacks-gender-and-sexuality-education#:~:text=Em%202020%2C%20o%20Supremo%20Tribunal,discriminação%20e%20educação%2C%20entre%20outros>>. Acesso em: 07 set. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação**. Lei nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014.

BOEHM, C. Pesquisa mostra que discriminação contra homossexuais está presente na escola. Agência Brasil, 2016. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-03/pesquisa-mostra-que-discriminacao-contrahomossexuais-esta-presente-em>>. Acesso em: 12 ago. 2023.

BUENO, A.M.O.; PEREIRA, E.K.R.O. Educação, Escola e Didática: uma análise dos conceitos das alunas do curso de pedagogia do terceiro ano – UEL. **II Jornada de didática e I Seminário de Pesquisa do CEMAD**. Docência na educação superior: caminhos para uma práxis transformadora. 10, 11 e 12 de setembro de 2013.

BUTLER, J. **Gender Trouble. Feminism and the subversion of identity**. New York: Routledge, 1990.

_____. Sujeitos do sexo/gênero/desejo In: LOURO, Guacira Lopes. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.p. 25-70.

CAPESESP. **Conheça os métodos de ensino das escolas brasileiras**. [s.d.]. Disponível em: <<https://www.capesesp.com.br/conheca-os-metodos-de-ensino-das-escolas>>. Acesso em: 22 ago. 2023.

CARDIAL, K. Orientação sexual e identidade de gênero: escola precisa saber incluir. **Revista Educação**, 2021. Disponível em: <<https://revistaeducacao.com.br/2021/10/01/identidade-de-genero-orientacao-escola/>>. Acesso em: 12 set. 2023.

CASTRO, R. P. de; FERRARI, A. Currículo e formação em pedagogia: o que dizem estudantes sobre os paradoxos que marcam o trabalho com relações de gênero e sexualidade?. **Artigo**, Rev. Bras. Educ. 26, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/4ks4hX5VRxJkbTxzT66WgsD/#>>. Acesso em: 29 ago. 2023.

CENPEC. ABE, S.K. **Maioria da população defende educação sexual e igualdade de gênero nas escolas**, 2022.. Disponível em: <<https://www.cenpec.org.br/noticias/majoria-da-populacao-defende-educacao-sexual-e-igualdade-de-genero-nas-escolas>>. Acesso em: 07 set. 2023.

CHRISTOV, L.H.S. Educação continuada: função essencial do coordenador pedagógico. In: Guimarães, A. A. *et al.* **O coordenador pedagógico e a educação continuada**. São Paulo: Loyola, 1998.

COSTA, A.C.R. Uma progressão lógico-histórica para a ideia de identidade de gênero. **Revista Opinião Filosófica**. Editora Fundação Fênix, v.13, n.2, 2022.

DIAS, A. F. Introduzindo a perspectiva de gênero na formação docente para uma educação não discriminadora. *In*: Redor, 18., 2014, Recife. Anais... Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco. p. 1873 – 1886. Disponível em; <<http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/765/760>>. Acesso em: 15 ago. 2023.

FAHEEM, A.; BALASUBRAMANIAN, I.; MENON, V. Gender dysphoria in adults: Concept, critique, and controversies. **J. Curr. Res. Sci. Med.** 8:4-11, 2022.

FERREIRA, A. B. de H. **Míni Aurélio**: O dicionário da língua portuguesa. 6 Curitiba: Editora Positivo Ltda, 2004, 895 p.

FERREIRA, E. da S. **Diversidade? Para quem? Discussões sobre o currículo escolar como possibilidade de permanência de alunos (as) LGBTTIQ no ambiente escolar**. 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em Ciências Humanas – Universidade Federal do Pampa, São Borja – RS, 2018.

FERREIRA, M. C. Sexismo hostil e benevolente: inter-relações e diferenças de gênero. **Temas em Psicologia da SBP**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 2, p. 119-126, 2004.

FIALHO, L.M.F.; SOUSA, F.G.A.; LOPES, T.M.R. Juventudes e ensino médio: direitos humanos e ensino para a diversidade. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 26, n. 1, p. 238-259, 2018.

FLEURY, M.T.L. Gerenciando a diversidade cultural: experiências de empresas brasileiras. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo. v. 40, n. 3, p. 18-25, jul.-set. 2000.

FUNDO BRASIL. A LGBTFobia no Brasil: os números, a violência e a criminalização. Disponível em: <<https://www.fundobrasil.org.br/blog/a-lgbtfofia-no-brasil-os-numeros-a-violencia-e-a-criminalizacao/>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

FURQUIM, M.A.; SCOTT, J.; BUTLER, J. Na historiografia brasileira. In: ANPUH, 24, Guarulhos. **Anais...** Guarulhos: Anpuh-SP, 2018.

GAYLE, R. “The traffic in women: notes on the political economy of sex”. In: Rayna Reiter (org), **Toward na anthropology of women**. NewYork, Monthly View Press, 1975. (Trad. Bras. Jamille Pinheiro Dias. In: Políticas do sexo, SãoPaulo, Ubu, 2017).

GONÇALVES, A.C.; CARVALHO, K.R.; GONÇALVES, A.S. Educação e diversidade. **II Simpósio de Produção Científica da Unifesspa** – A pesquisa científica e as interações com a realidade amazônica. 1 e 2 de fevereiro de 2018.

GREENSON, R. R. A transvestite boy and a hypothesis. **International Journal of Psychoanalysis**, v. 47, p. 396-403, 1966.

GUIMARÃES, A.S. **Violência de gênero na sala de aula: raça, classe e diversidade não podem ficar de fora do debate**. Disponível em: <<https://porvir.org/violencia-de-genero-na-sala-de-aula-raca-classe-e-diversidade-nao-podem-ficar-de-fora-do-debate/>>. Acesso em: 07 set. 2023.

HEILBORN, M.L.; RODRIGUES, C. Gênero: breve história de um conceito. **APRENDER – Cad. de Filosofia e Psic. da Educação**, Vitória da Conquista. Ano XII, n.20, p.9-21, 2018.

<<https://gepeto.paginas.ufsc.br/files/2015/03/capitulo-angela.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2023.

LATTANZIO, F. F.; RIBEIRO, P. C. Nascimento e primeiros desenvolvimentos do conceito de gênero. **Psi. Clin.**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3; p. 409-425. 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652018000300002#:~:text=Na%20d%C3%A9cada%20de%201950%2C%20John,ele%20considerava%20o%20sexo%20psicol%C3%B3gico.>. Acesso em: 28 ago. 2023.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LIMA, V. Estudantes se sentem inseguros ns escolas aponta pesquisa. **Câmara dos Deputados**, 2017. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/525534-estudantes-lgbt-se-sentem-inseguros-nas-escolas-aponta-pesquisa>>. Acesso em: 27 jun. 2023.

LOPES, E.C.P.M.; CAPRIO, M. **As influências do modelo neoliberal na educação**. [s.d.] Disponível em: <https://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/CienciasdaEducacao/RevistaEletronica/edi5_artigoedianelopes.pdf>. Acesso em: 07 set. 2023.

LOURO, G.L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista. 15. ed. **Petrópolis: Vozes**, 2013.

MARTINS, A.M. **A formação continuada de professores/as sobre gênero e sexualidade: contribuições para uma nova prática pedagógica**. Universidade do Sul de Santa Catarina – Programa de Pós-Graduação em Educação. Dissertação de Mestrado. 151p. 2018.

MEIRA, M.E.M.; QUEIROZ, A.B.; OLIVEIRA, I.A.; MORAES, R.Q.; OLIVEIRA, T.H. Psicologia Escolar, desenvolvimento humano e sexualidade: projetos de orientação sexual em instituições educacionais. **Revista Ciência em Extensão**, 2(2), 21, 2006.

MENEZES, C.S.; FIALHO, L.M.F.; MACHADO, C.J.S. Relações de gênero na sala de aula. **Revista Retratos da Escola**, v.16; n.36; p.1091-1108, 2022.

MONCAU, G. "Sistema sexo-gênero - GayleRubin". In: **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2018. Disponível em: <<https://ea.fflch.usp.br/conceito/sistema-sexo-genero-gayle-rubin.>>. Acesso em: 25 jul. 2023.

MONEY, J. Hermaphroditism, gender and precocity in hyperadrenocorticism: psychologic findings. **Bulletin of the Johns Hopkins Hospital**, n. 96, p. 253-264. 1955.

MOREIRA, A.F.B.; SILVA, T.T. (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MORETTI, I. Como colocar entrevista no TCC? Passo a passo. **Regras para TCC**, 2021. Disponível em: <<https://regrasparatcc.com.br/formatacao/como-colocar-entrevista-no-tcc/#:~:text=A%20técnica%20de%20entrevista%20ajuda%20a%20entender%20um%20fenômeno%20em%20profundidade.&text=Há%20várias%20formas%20de%20le vantar,é%20o%20caso%20da%20entrevista>>. Acesso em: 12 set. 2023.

NASCIMENTO, R.M.; RIOS, P.P.S. Tecendo Reflexões sobre as questões de gênero e sexualidade nos anos iniciais do ensino fundamental. **Revista Foco**, Curitiba – PR. v.15, n.2, p.01-15, 2022.

NASCIMENTO, L. N.; CHIARADIA, C. de F. A Retirada da Orientação Sexual do Currículo Escolar: Regulações da Vida. **Sisyphus — Journal of Education**, vol. 5, núm. 1, pp. 101-116, 2017, Universidade de Lisboa. Disponível em: . Acesso em: 08 ago. 2023.

NUNES, W. **Preconceito por orientação sexual e gênero nas escolas**. 2015. Disponível em: <ornaldocampus.usp.br/index.php/2015/07/preconceito-por-orientacao-sexual-e-genero-nas-escolas/>. Acesso em: 03 jul. 2023.

OBSERVATÓRIO de Mortes e Violência de Pessoas LGBTQIA+. Disponível em: <bservatoriomorteseviolenciaslgbtbrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2022>. Acesso em: 20 jun. 2023.

PEREIRA, A. I. B.; ZUIN, A. A. S. Autoridade enfraquecida, violência contra professores e trabalho pedagógico. **Demanda Contínua • Educ. rev.** 35 (76) • Jul-Ago 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/H4JvMqH8SdHnBbGyvLhwpvp/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 22 set. 2023.

PEREIRA, J.P.O.; PEREIRA, J.P.O. O currículo e a aprendizagem: uma análise comparativa entre a BNCC e o PCN no eixo de números e operações dos anos finais do ensino fundamental. **V CONEDU: Congresso Nacional de Educação**, Recife, 2018.

PIMENTA, S.G. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PINTO, C. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

REIS, J.F.S. A importância das discussões de gênero e sexualidade no ambiente escolar. 2018. Disponível em: <<https://petpedagogia.ufba.br/importancia-das-discussoes-de-genero-e-sexualidade-no-ambiente-escolar>>. Acesso em: 20 ago. 2023.

QUIRINO, G. da S.; ROCHA, J. B. T. da. Sexualidade e educação sexual na percepção docente. **Artigos de Demanda Contínua - Educ. rev.** (43), 2012. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/er/a/rXwRNn9Lhr5Q9MJgMgZgMsL/?lang=pt#>>. Acesso em: 29 jul. 2023.

RIOS, P.P.S. **Discursos de equidade de gênero em educação: fabricação das diferenças no espaço escolar.** *In:* RIOS, Pedro Paulo Souza; MENDES, A.M. 2018.

RODRIGUES, A.C.; RANGEL, M.; SOUSA, N.S. Formação Docente e as Discussões de Gênero: (in)visibilidade e silêncio na formação. Universidade Feevale, **Revista Práxis**, vol. 2, pp. 267-283, 2019.

RODRIGUES, T. D. F. F.. *Et al.* AS PESQUISAS QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS NA EDUCAÇÃO. **Revista Prisma**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 154-174, 2021.

SANTOS, A.L.R.; ASSIS, A.L.R.; MARRA, B.P.; OLIVEIRA, M.E.P. Educação sexual no ambiente escolar. **Trabalho de conclusão de curso.** Centro Universitário UMA de Betim. 28p, 2021.

SANTOS, I. S. **PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA ESCOLA COMUNITÁRIA LUIZA MAHIN: NARRATIVAS DE DOCENTES, COORDENADORES PEDAGÓGICOS E GESTORES.** Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/31829/1/Monografia%20ILMARA_28_11.pdf>. Acesso em: 01 set. 2023.

SANTOS, M. C. P. Gênero e a condução da(s) vida(s) nas ciências: silenciamentos, interdições e caminhos produtivos. **X Semana Acadêmica de Filosofia e Ciências: rupturas e aproximações.** Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* Vitória da Conquista-BA. Realizada de 17 a 21/10/2022.

SANTOS, R. O que é violência de gênero e como se manifesta? **Politize.** 2020. Consulta feita em 26/06/2023. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/violencia-de-genero-2/>>. Acesso em: 08 jul. 2023.

SCOTT, J. **Gênero:** uma categoria útil para análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat Maria Betânia Ávila. [s.d.] Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%A9nero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2023.

SEFFNER, F.; PICCHETTI, Y. de P. A quem tudo quer saber, nada se lhe diz: uma educação sem gênero e sem sexualidade é desejável? **Revista Reflexão e Ação**, v. 24, n. 1, p. 61-81. 2016.

SILVA, A.M.M. Da Didática em Questão às Questões da Didática. CANDAU, Vera Maria (org.) Didática, Currículo e Saberes Escolares X ENDIPE. 2ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, p.187-197, 2002.

SILVA, T. T. da. **Teorias do Currículo Uma introdução crítica.** Portugal: Porto Editora, 2000.

SOARES, Z. M. P.; SANTOS, N. R. L. dos; PEREIRA, S. **Documentos curriculares: Gênero e Sexualidade em Discussão**. Universidade Federal de Goiás. [s.d.]. Disponível em: <https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/edipe/artigo_07.html>. Acesso em: 20 ago. 2023.

SOARES, Z. P.; MONTEIRO, S. S. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. **Demanda Contínua** • Educ. rev. 35 (73) • Jan-Feb 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/ij/er/a/KMSmJfk43rKWcRNHWHfWsfC/?lang=pt>>. Acesso em: 23 ago. 2023.

SOUSA, A. S. de; OLIVEIRA, G. S. de; ALVES, L.H. **A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos**. Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p.64-83/2021.

SOUSA, Fernando Santos. Gênero e trabalho pedagógico: O prisma do pedagogo homem nos anos de início da escolarização. 2011. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/2287/1/2011_FernandoSantosSousa.pdf>. Acesso em: 23 set. 2023

SOUZA, L. Mais de 18 milhões de mulheres sofrem violência em 2022. Agência Brasil, 2023. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-03/mais-de-18-milhoes-de-mulheres-sofreram-violencia-em-2022>>. Acesso em: 25 jun. 2023.

SPIZZIRRI, G.; PEREIRA, C. M. A.; ABDO, C. H. N. O termo gênero e suas contextualizações. **Medicina Sexual. Diagn. Tratamento**, 1. ed. v. 19, p. 42-44. 2014.

STOLLER, R.J. A further contribution to the study of gender identity. **International Journal of Psychoanalysis**, 49, p. 220-226. 1968.

STOLLER, R.J. **Sex and Gender: The development of masculinity and femininity**. v. 1; Maresfield reprints. 1968.

VIANNA, C. P.; UNBEHAUM, S. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 34, n. 121, 2004 .

APENDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC
DEPARTAMENTO EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

Sejam Bem vindos/as/es!

Eu, Ana Karoline Pereira da Silva, graduanda de Pedagogia na Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, sob orientação do Professor Diego de Lima S. Silva, estou desenvolvendo a pesquisa intitulada **AUSÊNCIA DE DISCUSSÕES DE GÊNERO E SEUS IMPACTOS NA FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS(AS)**, que objetiva identificar os déficits com relação à formação de pedagogos(as) no que tange as discussões de gênero.

Os dados aqui obtidos, serão tratados conforme as normas de sigilo e preservação da identidade dos participantes, utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, contribuindo para um melhor entendimento sobre a temática. Sua colaboração é muito importante nesse processo. Desde já, quero agradecer o tempo dedicado e por suas contribuições, pontuando que a ciência se constrói através dessas análises e percepções subjetivas e singulares. Meus sinceros agradecimentos por sua contribuição!

Você concorda em responder ao questionário?

() Aceito.

() Não aceito.

APÊNDICE B – ENTREVISTA APLICADA COM PEGAGOGAS(OS)

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC
DEPARTAMENTO EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

Nome:

Idade:

Gênero: () Feminino () Masculino () Outro:

Turma que leciona:

Ano de formação:

1. Qual sua formação inicial, possui pós-graduação em alguma área?
2. Com relação ao período da sua formação acadêmica, você consegue lembrar de alguma disciplina que envolveu as questões de gênero?

() Sim na disciplina de:
() Não me recordo.
3. Você acredita que é importante o estudo sobre as questões de gênero em sala de aula?

() Sim é importante trazer essa temática para as aulas.
() Não, acredito que não seja necessário discutir esse tema.
4. Você já trabalhou as questões de gênero em sala de aula? Se sim, de qual forma?
5. Você já encontrou propostas de aulas que abordem discussões de gênero em algum livro didático? Se sim, você poderia lembrar o nome da disciplina ou do livro que incluía essa abordagem?
6. Você já passou por alguma situação em sala, onde não conseguiu tirar dúvidas dos alunos a respeito do tema?
() Sim
() Não
7. Caso venha trabalhar com a temática, explique de maneira breve como pretende proceder, quais estratégias didático-metodológicas poderão utilizar.